

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CARLA BUENO COMARELLA
RAFAEL FELIPE DE OLIVEIRA

**A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo:
diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão das atividades**

São Paulo
2018

CARLA BUENO COMARELLA
RAFAEL FELIPE DE OLIVEIRA

**A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo:
diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão das atividades**

Trabalho apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto

São Paulo

2018

Comarella, Carla Bueno.

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo : diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão das atividades / Carla Bueno Comarella, Rafael Felipe de Oliveira. - 2018.

64 f.

Orientador: Cláudio Gonçalves Couto.

Dissertação (MPGPP) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Administração pública - Estudo e ensino - Brasil. 2. Ensino superior – Estudo de casos. 3. São Paulo (Brasil). Câmara Municipal. Escola do Parlamento. 4. Faculdades - Frequência. I. Oliveira, Rafael Felipe de. II. Couto, Cláudio Gonçalves. III. Dissertação (MPGPP) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. IV. Fundação Getulio Vargas. V. Título.

CDU 378.6

CARLA COMARELLA
RAFAEL FELIPE DE OLIVEIRA

**A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo:
diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão das atividades**

Trabalho apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto
(Orientador)

Prof. Dr. Antonio Gelis Filho

Prof. Dr. Humberto Dantas de Mizuca

Prof^ª. Dr^a. Lara Mesquita Ramos

Data da aprovação ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a todos os professores que nos apoiaram durante esta jornada, em especial ao Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto, que orientou este trabalho com iguais doses de apoio e compreensão. Agradecemos, principalmente, à nossa família e amigos, que, incansavelmente, nos apoiaram e nos estimularam a entregar este trabalho. Foram meses de dedicação acompanhados do suporte incondicional daqueles que estão sempre ao nosso lado.

Agradecemos também ao Prof. Dr. Humberto Dantas de Mizuca, Catuí Corte Real Suarez e Maria Regina de Faria Vallado Costa, da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, pela confiança e suporte irrestrito, dedicando tempo e fornecendo informações sem as quais a realização deste trabalho não teria sido possível.

A todos os entrevistados, que contribuíram com suas visões e experiências: Vereador José Police Neto, que instituiu a Escola do Parlamento durante sua gestão à frente da Câmara Municipal; Roberto Eduardo Lamari, Diretor Presidente da Escola durante a gestão de Police Neto; Vereador Milton Leite, atual Presidente da Câmara Municipal; Prof. Dr. Christy Ganzert Pato, Diretor Presidente da Escola na gestão anterior à atual; Profa. Dra. Lara Mesquita Ramos, que integrou a direção da Escola do Parlamento; e Thais Prado Horta e Prof. Vinicius Schurgelies, Coordenadora-Pedagógica e Diretor Presidente, respectivamente, do Instituto do Legislativo Paulista. E, por fim, a Talita Oliveira Gonzalez e Juan Cesar Ferreira Pinto, cuja ajuda com a análise dos bancos de dados foi essencial para o diagnóstico da questão central do trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de analisar, por meio de um estudo de caso, os índices de comparecimento de inscritos nas atividades da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, e propor estratégias que permitissem o adensamento da frequência de alunos, bem como indicar possíveis ações no sentido de estruturar e perenizar a atuação da Escola visando sua sustentabilidade no longo prazo, independentemente de cada gestão específica. O trabalho consiste de uma introdução sobre o contexto de surgimento de escolas de governo, passando então para a apresentação da Escola do Parlamento, desde sua criação, contemplando também sua gestão e atividades atuais. Em seguida, são apresentados os *benchmarks* com outras instituições semelhantes, quais sejam o Instituto Legislativo Paulista (ILP), da Assembleia Legislativa de São Paulo, e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal. Em ambas as etapas foram utilizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, junto com a análise de marcos regulatórios pertinentes e de bibliografia sobre o tema, como principais ferramentas de análise. O diagnóstico do problema apresentado é feito com base na jornada do aluno entre a inscrição e o comparecimento à atividade, análise quantitativa do banco de dados fornecido pela Escola, contendo informações sobre as atividades e as inscrições, e é analisada também uma pesquisa online feita com os participantes das atividades. Por fim, são listadas ações a serem implementadas para alcançar os objetivos traçados no início do trabalho com base, principalmente, na teoria da Economia Comportamental.

Palavras-chave: Escola de governo, Escola do Parlamento. Frequência de alunos. Instituto Legislativo Paulista (ILP), Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Jornada do aluno. Economia comportamental.

ABSTRACT

This paper aims to analyze, through case of study, the attendance rates of applicants to the activities of São Paulo City Council's Escola do Parlamento and to propose strategies that would allow strengthening the students turnout, as well as indicate possible actions in the direction of structuring and perpetuating the school operation towards its long term sustainability, regardless of the management in charge. The paper consists of an introduction on the context of emergence of schools of government, following to the presentation of Escola do Parlamento, since it was created, encompassing also its current management and activities. Then, it is presented the benchmarks of similar institutions, namely the Instituto Legislativo Paulista (ILP), from São Paulo's Legislative Assembly, and the Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), from the Federal Senate. Along this paper, the work was based in structured and semi structured interviews, legal framework and bibliographic reference related to the subject. The presented problem's diagnostic was developed based on an applicant journey between the application and the attendance to the activity, quantitative analysis of data provided by the institution and containing information on the activities and its applications, and is also analyzed an online survey sent to the previous participants. Finally, are listed actions to be implemented in order to achieve the goals drawn in the beginning of the paper based, mainly, in the Behavioral Economics theory.

Keywords: School of government. Escola do Parlamento. Students turnout. Instituto Legislativo Paulista (ILP). Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Applicant journey. Behavioral economics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição de escolas do legislativo em Câmaras Municipais em 2015.....	12
Figura 2 - Representação do plano estratégico do ILP de 2012-2013.....	24
Figura 3 - Quadro de indicadores do ILP	25
Figura 4 - Estrutura do ILB	28
Figura 5 - Tela da página inicial da Escola do Parlamento	30
Figura 6 - Páginas com as opções para "Cursos"	31
Figura 7 - Página com descritivo do curso selecionado	32
Figura 8 - Telas sobre data para inscrição	33
Figura 9 - Tela com formulário de perguntas para inscrição.....	34
Figura 10 - Ciclo para participação na EP.....	50
 Gráfico 1 - Setores da participação nos cursos da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo, a partir de 2011.	37
Gráfico 2 - Da participação nos cursos da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo, a partir de 2011, por características dos alunos	38
Gráfico 3 - Distribuição de faixa etária entre os alunos da EP.....	39
 Quadro 1 - Entrevistas estruturadas e semiestruturadas	14
Quadro 2 - Presidentes da Escola do Parlamento	19
Quadro 3 - Dez tipos de nudge de Carl Susteain.....	48
 Tabela 1 - Análise univariada da participação do curso em função de fatores em estudo e resultado do teste de qui-quadrado	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEL	Associação de Escolas do Legislativo (ABEL)
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
CMSP	Câmara Municipal de São Paulo
EC	Economia Comportamental
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EP	Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
ILB	Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal
ILP	Instituto do Legislativo Paulista da Assembleia Legislativa de São Paulo
INTERLEGIS	Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo Brasileiro
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Das escolas de governo à Escola do Parlamento de São Paulo	9
1.2 Procedimentos de Pesquisa	13
1.3 Estrutura do trabalho	14
1.4 Objetivos do trabalho	15
2 A ESCOLA DO PARLAMENTO	16
2.1 Histórico de criação	16
2.2 Gestão e atividades	19
3 OUTRAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO	23
3.1 Instituto Legislativo Paulista (ILP)	23
3.2 Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)	26
4 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA	29
4.1 A "jornada" do aluno para participação nos cursos	29
4.2 Análise de dados primários da EP	36
4.2.1 Banco de dados dos cursos, alunos, inscrições e presença	36
4.2.2 Pesquisa online com participantes das atividades	44
5 RECOMENDAÇÕES	46
5.1 Inspirações na Economia Comportamental	46
5.2 Proposta de ação	49
6 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 Das escolas de governo à Escola do Parlamento de São Paulo

A necessidade de construção de um novo modelo de Estado para responder com eficiência e agilidade às demandas da sociedade, após um longo período ditatorial, foi impulsionada por uma grande reforma na estrutura da administração pública, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso. A semiparalisia do Estado, em consequência de ações centralizadoras, juntamente com a falta de coordenação entre as diversas estruturas de governo foram fatores cruciais para motivar o início de uma reforma gerencial, a partir de 1995. Um dos objetivos desse período passa a ser a busca de maior nível de excelência e eficácia do funcionalismo público, que sofria com a descrença da população na sua capacidade de formular e implementar políticas públicas:

Esta reforma terá como objetivos: a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos Estados e municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros; a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos (BRESSER, 1996, p. 17).

Para tornar a administração pública mais eficiente, um dos caminhos encontrados foi a capacitação dos servidores, que deveriam deixar de adotar os sistemas de controle burocrático clássico para passarem a assumir o sistema de controle com perfil gerencial, de forma que a reforma gerencial seria de fato amplamente alcançada quando o Estado pudesse contar com uma alta burocracia capaz e motivada para prestar serviços de melhor qualidade para o cidadão (BRESSER, 1998).

Nesse contexto, o fortalecimento de escolas de governo dentro do Poder Executivo, principalmente em nível federal, foi o ponto central para a capacitação dessa alta burocracia estatal. O próprio Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento que apresentou as diretrizes para a reforma administrativa de 1995, previa que um dos projetos a serem desenvolvidos fosse o de "Desenvolvimento dos Recursos Humanos", a ser implementado por meio das diversas escolas de governo do Estado, "para viabilizar a estratégia de modernização de gestão pública" (BRESSER, 1995, p. 79).

Dessa maneira, a emenda 19 da reforma administrativa é quem traz para a Constituição Federal a previsão de criação de escolas voltadas especificamente para os agentes públicos. É a partir da alteração do artigo 39 da Carta Magna, com a inclusão do parágrafo segundo, que

fica inserida a previsão constitucional da criação de escolas de governo nas três esferas do Estado.

Art. 39, § 2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Apesar de só em 1995 passar a ser prevista a criação de escolas específicas para a formação de servidores públicos, outras iniciativas com esse propósito já vinham sendo testadas. A própria Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que foi criada em 1986, tinha como principal estratégia a modernização ou reforma do setor público (PACHECO, 2000).

A ENAP deu sinais de organização para a capacitação de servidores dentro das estruturas do governo federal logo nos anos seguintes à sua criação, mas a falta de clareza para um projeto institucional levou-a ao "imobilismo", que só seria superado após a reforma gerencial de 1995 (PACHECO, 2000). A partir do início da reforma, marcado pela criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), a ENAP redefine seu enfoque e ganha robustez, assumindo então um papel importante de difusão do novo modelo de gestão do setor público, profissionalizando aproximadamente 72.000 servidores entre 1995 e 1999 (PACHECO, 2000).

Nesse novo cenário, a reforma da administração pública abre grandes oportunidades para as escolas de governo, que passam a ter um papel crucial na capacitação do corpo estatal. A partir da reforma, entende-se que as demandas da sociedade são ainda maiores e mais complexas e, por isso, o Estado precisa contar com uma equipe preparada e especializada para dar respostas satisfatórias e eficientes para a população.

E, a partir da expansão de criação de diferentes escolas de governo, aqui entendidas como aquelas inseridas dentro da estrutura estatal e com foco no atendimento ao servidor, notou-se que não só o funcionalismo do poder executivo federal necessitava de profissionalização mas também os demais poderes, tanto em nível estadual quanto municipal. Entende-se, dessa maneira, que o papel das escolas de governo evolui no contexto das reformas gerenciais do setor público (PACHECO, 2000).

Dentro do legislativo, duas principais mudanças trazidas pela Constituição de 1988 e, depois, pela reforma gerencial fazem com que as estruturas dessa esfera de poder também sejam alteradas (COSSON, 2010). A primeira, a exigência de contratação por concurso público - que

caminhou em paralelo à alteração dos quadros do Poder Executivo - e que não permitiu mais a contratação de indicados políticos: uma mudança que gera expectativa por um serviço público de maior excelência. A segunda, a incorporação do modelo de escolas de governo, já visto como de sucesso, dentro de escolas do legislativo.

A vontade de levar a profissionalização dos servidores também para as casas legislativas surge da necessidade de desenvolver conhecimentos mais técnicos e específicos para os funcionários desses espaços, além de iniciar um processo de educação política da sociedade civil de maneira geral (MELO, 2015).

Esses órgãos [escolas do legislativo] têm se constituído, assim, nas “escolas de governo” das casas legislativas, mas com uma atuação pautada segundo a percepção ampliada defendida no bojo deste trabalho, qual seja a de espaços destinados não apenas à formação e ao aprimoramento de servidores, mas também, e especialmente, à difusão, junto aos demais agentes da esfera pública, bem como junto à sociedade, dos conhecimentos e questões próprios do parlamento (MARQUES JR., 2009, p. 85).

Com o objetivo de formar servidores e ampliar sua interação junto à sociedade civil, o processo de criação de escolas do legislativo inicia-se logo após a publicação da nova Constituição e intensifica-se até o início dos anos 2000, culminando com a criação da Associação de Escolas do Legislativo (ABEL), em 2003.

O 'despertar' do Legislativo para a necessidade de ter suas próprias escolas de governo não é apenas uma brecha jurídica aberta pela Constituição. É também uma resposta às pressões de modernização do Parlamento, compreendida como parte da melhoria do serviço público em geral e da profissionalização e agilidade requeridas pelos processos de integração e decisão política contemporâneos (COSSON, 2008, p. 71).

A escola da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que surge em 1993, é a primeira dentro do poder legislativo. É também a necessidade de profissionalização do seu corpo de funcionários e de dar resposta à insatisfação da população mineira quanto ao trabalho do legislativo, que levou à criação da escola.

Em fins de 1991, formou-se o primeiro grupo para viabilizar uma Escola do Legislativo. Ela teria, entre outras atribuições: profissionalizar, ao máximo, todos os funcionários da Assembleia (tanto os de gabinete como os da administração), servir de canal de repasse de informações, conhecimentos e métodos de trabalho; e, por fim, criar um espaço de reflexão política para o questionamento filosófico das práticas representativas. A efetivação da Escola do Legislativo, no entanto, só foi possível em 1993 (ASSIS, 1997, p. 371).

Após a criação da escola do legislativo em Minas Gerais, começaram a ser vistas outras iniciativas pelo país. Em 1997, a Câmara dos Deputados cria o Centro de Formação,

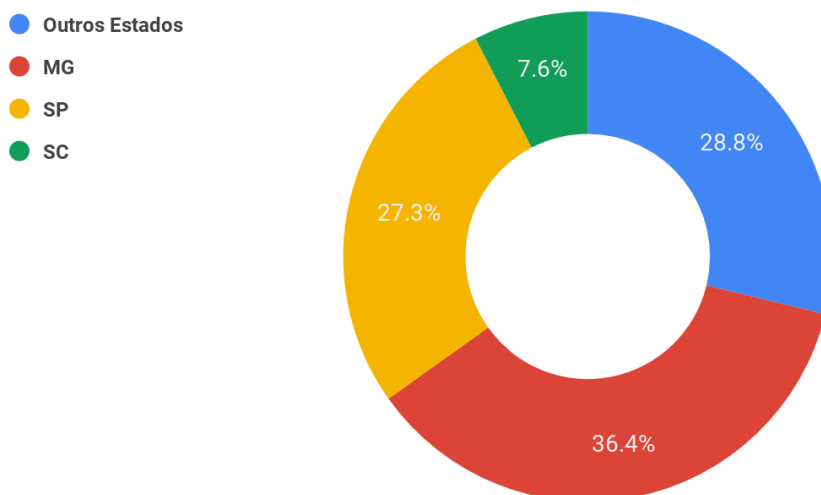
Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR) e o Senado Federal, o Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB). Em 2003, a partir da criação da ABEL, que padronizou e orientou um modelo de escola de governo para o legislativo, intensifica-se a criação desses centros de capacitação. Entre 2003 e 2005, o modelo é replicado por quase todos os Estados¹ (MELO, 2015).

É nesse período também que as escolas do legislativo começam a surgir dentro das câmaras municipais, a partir de um esforço direcionado da ABEL para implementação do seu modelo nos municípios. No entanto, a criação dessas escolas ocorre em um ritmo mais lento. No estudo desenvolvido por Melo, até 2015 existiam apenas 66 escolas em câmaras municipais espalhadas pelo país, em um total de 5.570 municípios. Essas escolas estavam distribuídas conforme o gráfico abaixo (Fig. 1):

Figura 1 - Distribuição de escolas do legislativo em Câmaras Municipais em 2015

Gráfico 1: Distribuição de escolas do legislativo em Câmaras Municipais em 2015

Fonte: MELO, 2015



Fonte: (MELO, 2015 p. 112).

No Estado de São Paulo existem 29 escolas em Câmaras Municipais², além do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), inserido na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

O ILP foi criado em 2001 dentro do contexto de aproximação com a sociedade e também de capacitação de seus servidores. O processo de criação do ILP e sua missão serão também

¹ Até 2005, todos os Estados possuíam escolas do legislativo inseridas em suas Assembleias Legislativas, exceto a Bahia, que vai criar sua escola três anos mais tarde.

² De acordo com a ABEL, as escolas do legislativo em câmaras municipais de São Paulo estão distribuídas nos seguintes municípios: Araraquara, Araras, Atibaia, Botucatu, Bragança Paulista, Caieiras, Campinas, Cotia, Guarujá, Itapevi, Itu, Jaboticabal, Jacareí, Lençóis Paulista, Limeira, Louveira, Miracatu, Mococa, Peruíbe, Poá, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Suzano, Taboão da Serra, Taquaritinga, Taubaté e Votuporanga.

objetos de estudo deste trabalho, uma vez que o instituto serviu de modelo para a criação da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo.

A Escola do Parlamento (EP) da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que é o objeto de estudo desta pesquisa, foi finalmente criada em 2011. Roberto Lamari, que é um dos diretores da ABEL e também entrevistado para esse trabalho, por ter participado da criação da EP, comenta:

A escola surge com a missão da educação para a cidadania, discutir políticas públicas e qualificação do servidor. [...] Criamos o projeto político pedagógico da Escola e o regimento interno, isso faz com que a Escola tenha muito claro que deve ter projetos, dentro do eixo de educação política, políticas públicas e qualificação profissional, fica a cargo de cada gestão definir de que forma atingir os objetivos. Acho que o PPP [projeto político-pedagógico] e o Regimento Interno são o grande diferencial da Escola do Parlamento da CMSP para as demais escolas do país.

Dessa maneira, a EP surge já com o propósito de aproximar a sociedade civil da casa legislativa, além de buscar qualificar o seu servidor. É o que as últimas três gestões da escola vêm buscando fazer, por meio de seus cursos e seminários, que serão analisados ao longo deste trabalho.

1.2 Procedimentos de Pesquisa

Este trabalho é de um estudo de caso. Para seu desenvolvimento, foram feitas entrevistas estruturadas e semiestruturadas com personagens que participaram da criação e do desenvolvimento da Escola do Parlamento (Quadro 1). Foram também analisados dados primários fornecidos pela própria escola para entendimento do perfil e do comportamento dos alunos que compareceram aos cursos da EP. O uso do *benchmarking* serviu para a análise de outros modelos de escolas do parlamento, sendo analisados a escola do legislativo da ALESP, que foi o principal modelo para a criação da Escola do Parlamento, e o Instituto do Legislativo Brasileiro, considerado como referência entre as escolas de governo inseridas no poder legislativo.

O referencial teórico que acompanha a pesquisa do tema foi essencial para criar bases à análise do estudo em questão. Foram utilizadas teses, publicações, instrumentos normativos, como leis, decretos e resoluções, além do próprio material dos sites das escolas analisadas.

Por fim, é com base nos princípios da economia comportamental e do *nudge* que esta pesquisa encontra luz para oferecer propostas de ação com vistas a solucionar o problema

central trazido pela Escola do Parlamento, que é o de aumentar a aderência dos alunos às atividades da escola.

Quadro 1 - Entrevistas estruturadas e semiestruturadas

Data	Entrevista	Cargo	Período de gestão	Entrevista
29/05/18	Catuí Côrte Real Suarez	Auxiliar Administrativo da Escola do Parlamento	2015 - agora	Semiestruturada
20/06/18	Humberto Dantas de Mizuca	Presidente da Escola do Parlamento	2017- agora	Estruturada e semiestruturada
22/06/18	José Police Neto	Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São Paulo	2011-2012	Semiestruturada
10/07/18	Milton Leite	Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São Paulo	2017-2019	Estruturada
10/07/18	Lara Mesquita Ramos	Diretora Acadêmica	2015-2017	Semiestruturada
17/07/18	Roberto Lamari	Presidente da Escola do Parlamento	2012-2012	Estruturada
06/08/18	Christy Ganzert Pato	Presidente da Escola do Parlamento	2015-2017	Semiestruturada
17/08/18	Thais Prado Horta	Coordenadora pedagógica do Instituto do Legislativo Paulista	2012 - agora	Semiestruturada

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

1.3 Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, é apresentada uma breve introdução sobre o contexto de surgimento de escolas de governo e como elas passaram também a serem inseridas dentro do poder legislativo. Esse cenário é o embasamento para compreender o contexto de criação da Escola do Parlamento. É nesse capítulo também que são apresentados os procedimentos de pesquisa, a estrutura do trabalho e os objetivos do trabalho.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos a Escola do Parlamento, sua criação, gestão e atividades, contendo estrutura normativa e técnica, e os seus desafios, trazidos principalmente a partir da perspectiva dos entrevistados.

No terceiro capítulo é apresentado o *benchmarking* de escolas do legislativo, com a perspectiva sobre seus resultados alcançados e desafios. Nesse espaço, são analisadas as seguintes escolas: Instituto Legislativo Paulista (ILP), da Assembleia Legislativa de São Paulo, e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal.

No quarto capítulo, é feita uma análise sobre o diagnóstico do problema trazido pela própria Escola. Esta análise é desenvolvida a partir da jornada do aluno durante todo o processo de inscrição e participação nos cursos da Escola, para observar os desafios e os incentivos, dos dados coletados pela Escola do Parlamento, a partir de 2011, sobre a frequência de presenças e outras variáveis relacionadas aos cursos ofertados, e é analisada também uma pesquisa online feita com os participantes das atividades.

No capítulo quinto são trazidas as recomendações desse grupo para a solução apresentada no Termo de Referência, da Escola do Parlamento. São listadas ações de implementação para alcançar os objetivos traçados ao início deste trabalho com base na teoria da Economia Comportamental, principalmente, que serviu como guia das sugestões para adensar a participação dos alunos.

Por fim, há a conclusão, com uma descrição dos aprendizados e dos desafios vivenciados durante a produção desta pesquisa, além de uma percepção geral sobre a própria Escola do Parlamento.

1.4 Objetivos do trabalho

A partir do Termo de Referência, constante do Anexo D, produzido em conjunto com este grupo e a Escola do Parlamento, é o objetivo deste trabalho estabelecer uma estratégia que vise à maior aderência de público externo aos eventos abertos desenvolvidos pela Escola do Parlamento, que seja eficiente e consistente, e que possa ser utilizada para adensar a participação, o interesse e o conhecimento da sociedade sobre a Escola. A partir dos estudos desenvolvidos aqui, propor um modelo de atuação sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola, visando estruturar a oferta de cursos e perenizar o oferecimento do serviço à população.

Os objetivos específicos foram listados da seguinte maneira:

1. Identificar os principais comportamentos que fazem com que o público não seja aderente aos eventos da Escola;
2. Avaliar possíveis ajustes na interação entre a Escola e o público em geral, por meio da análise do conteúdo oferecido e, eventualmente, propor a criação de novos conteúdos;
3. Delimitar o público-alvo da Escola;
4. Propor a adequação da estratégia de promoção e criação dos eventos e cursos desenvolvidos pela Escola, visando maior aderência do público.

2 A ESCOLA DO PARLAMENTO

2.1 Histórico de criação

Em 2011, ano em que a Escola do Parlamento foi criada, São Paulo era comandada por Gilberto Kassab, do Partido Social Democrático, que estava no seu segundo mandato como prefeito da cidade. A Câmara Municipal de São Paulo acabava de eleger José Police Neto, também do PSD, como seu presidente, para comandar o maior parlamento municipal do país.

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo foi criada por meio do Ato 1131/2011 e, em seguida, institucionalizada através da Lei 15.506/2011. O principal elemento que levou à sua criação foi o ambiente político da CMSP, que contava com um presidente que já tinha tido a experiência de criação de uma escola do legislativo anteriormente e que também estava disposto a desenvolver essa experiência em nível municipal.

Durante passagem do vereador José Police Neto pela ALESP em 2001, como chefe de gabinete da presidência, o debate sobre a criação de escolas de governo dentro do poder legislativo estava em alta. Diversos legislativos estaduais estavam criando suas escolas e capacitando seus servidores. Também, já na Assembleia, era vontade do vereador a institucionalização do relacionamento entre a sociedade civil e o parlamento, de maneira estruturada e em torno de debates de alto nível. Seu objetivo à época era criar "uma escola para capturar o conhecimento técnico da sociedade para qualificar a abordagem da política pública que se consolida em lei".

Após sua experiência em nível estadual, de criação do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), quando Neto chega no parlamento municipal decide trazer para a CMSP a implementação de uma escola do parlamento. O vereador pôde contar ainda com o auxílio de Roberto Lamari, que já havia acompanhado Neto na criação do ILP, época em que era servidor da ALESP. Lamari hoje é vice-presidente da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (ABEL) e ajudou o vereador na sua iniciativa de criação da Escola do Parlamento na Câmara.

Estava claro para o vereador José Police Neto, naquele momento, que era necessário também para o parlamento municipal criar um espaço de troca de experiências, daquelas de fora da Câmara, que eram mais técnicas e científicas, junto com as experiências de dentro da Câmara, de um conhecimento "leigo e popular".

Nota-se, portanto, que, tanto durante a criação do ILP quanto da Escola da CMSP, o objetivo foi semelhante, sendo ele o de juntar dois mundos para que houvesse um ganha-ganha de conhecimento. Ou seja, o poder legislativo ganhando em capturar o conhecimento técnico

de grupos específicos da sociedade, e a população em geral em ter um espaço para seu desenvolvimento como ator político.

Em fevereiro de 2011 é publicado o Ato da Mesa Diretora da CMSP que criou a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. No entanto, por uma questão processual formal e de competência, a Escola do Parlamento não podia ser criada por um Ato, mas, sim, por Lei. Inicia-se, então, ainda naquele ano, a tramitação do projeto de lei que viria a institucionalizar a criação da Escola.

Durante a tramitação do projeto, que durou apenas alguns meses, notam-se em diferentes manifestações que o objetivo para a criação da Escola se mantinha claro para todos aqueles que participaram do debate de sua criação. Tal alinhamento pode ser visto no parecer proferido pelas comissões que analisaram o projeto:

Destaque-se, que, atualmente, a relevância da Escola do Parlamento transcende o aprimoramento técnico dos servidores públicos que atuem junto à atividade parlamentar, uma vez que a instituição constitui-se em verdadeiro polo gerador junto a todos os demais agentes da esfera pública, bem como junto à sociedade (Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, 2011).

Em seguida, o parecer conjunto das comissões de Administração Pública, Educação, Cultura e Esportes e de Finanças e Orçamento argumenta que uma Escola do Legislativo deveria existir para acompanhar as demandas de São Paulo, e sua importância no cenário nacional.

A propositura visa à institucionalização desses esforços em uma Escola do Legislativo, a fim de coordená-los e torná-los mais eficazes para a capacitação das assessorias e dos próprios parlamentares, e responder aos desafios cada vez maiores, das mesmas dimensões da maior cidade do País (2011).

No final de 2011 é publicada a Lei que cria a Escola do Parlamento, que determina que a escola seria subordinada à Mesa Diretora da Câmara Municipal e que seu objetivo seria o de "oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo Paulistano" (Art. 1º). A Lei institui ainda as regras para a composição da diretoria responsável por gerir a Escola, ficando determinado que a Escola deve ser gerida por um diretor-presidente, três diretores executivos e três diretores acadêmicos, nomeados a cada dois anos.

O diretor-presidente é nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal e deve possuir diploma de nível superior. Dois dos três diretores executivos têm cargos de livre provimento e o terceiro deve ser servidor da CMSP, sendo todos os três nomeados pelo presidente da Casa.

A diretoria acadêmica, por sua vez, deve ser formada por um servidor da Câmara, um servidor da CMSP indicado pelo presidente da casa e um terceiro escolhido dentre os nomes integrantes de lista tríplice, a ser composta por nomes sugeridos por entidades da sociedade civil. A Escola pode contar ainda com coordenadores e assistentes, que sejam também servidores da CMSP.

A Lei também determina como deve ser composto o corpo docente da Escola:

Art. 12 - O Corpo Docente da Escola do Parlamento será integrado por Professores Permanentes e Professores Visitantes, integrantes do Quadro de Pessoal do Legislativo ou não, com habilitação acadêmica ou profissional, preferencialmente com capacitação docente, assim como capacidade técnica e didática suficientes para a atividade do magistério no âmbito da Escola e no escopo de seus objetivos.

Mais tarde, a contratação do corpo docente ainda seria regulada por Atos da Mesa Diretora e estaria no centro de debates sobre a remuneração deste efetivo. Outra discussão que se alongaria para os próximos anos e que mantém relação com a contratação do corpo docente é a do orçamento da Escola, principalmente em relação à determinação da origem dos recursos para serem destinados à EP.

De acordo com a Lei e os Atos da Mesa posteriores, a verba para manutenção da Escola do Parlamento e pagamento do corpo docente é proveniente do Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal. Segundo o artigo 2º, inciso VI, da Lei 15.501/2011,

Art. 2º - O Fundo tem por finalidade assegurar recursos para a expansão e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, em especial para as seguintes: [...]

VI - pagamento de despesas referentes à Escola do Parlamento, especialmente das atividades docentes, realizadas sob a forma de aulas, palestras e orientações de trabalho científico, nos termos do Anexo Único integrante desta lei, autorizado o custeio de despesas com viagem, alimentação, transporte, estadia e outras, necessárias ao deslocamento, atendendo a contratação de docentes as condições e requisitos estabelecidos na regulamentação e na legislação pertinente. (NR).

A principal implicação deste modelo é a dependência da Escola em relação ao presidente da CMSP, uma vez que o ordenador de despesas do Fundo é a Mesa Diretora da Câmara, o que reduz a autonomia da Escola para exercer discricionariamente seus gastos.

O Regimento Interno da Escola é publicado em maio de 2012, por meio do Ato nº 1186. Por meio deste instrumento, são instituídas diretrizes para a organização da EP, além do detalhamento para execução dos objetivos e obrigações elencados na Lei de criação da Escola. Desta maneira, em pouco menos de um ano, foi criada e estruturada a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, sendo seu primeiro presidente Roberto Lamari, para uma gestão de dois anos.

2.2 Gestão e atividades

Desde 2011, a Escola do Parlamento foi gerida por cinco presidentes, de acordo com o Quadro 2:

Quadro 2 - Presidentes da Escola do Parlamento

Ano	Presidente da Escola	Presidente da CMSP
2011	Antônio Rodrigues de Freitas Jr.	José Police Neto
2012	Roberto Eduardo Lamari	
2013	Eros Belletato	José Américo Dias
2014		
2015	Christy Ganzert Pato	Antônio Donato Mordomo
2016		
2017 - agora	Humberto Dantas de Mizuca	Milton Leite

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Importante relacionar a gestão dos presidentes da Escola do Parlamento com quem ocupou a cadeira de presidente da CMSP no mesmo período. Além de uma dependência orçamentária da Escola com a Mesa Diretora, como foi tratado anteriormente, há também influência do presidente da Câmara no incentivo e apoio dado para as atividades da Escola.

Ao longo dos anos, nota-se que, apesar de a Escola do Parlamento não ter se desviado do seu objetivo inicial, a cada gestão o enfoque dado às atividades foi diferente, alterando também a abrangência dos assuntos debatidos e o perfil do público-alvo.

No primeiro ano de seu surgimento, a Escola contou com alta influência da presidência, já que foi o próprio presidente da Câmara quem liderou o processo de criação da Escola e que acabou também por influenciar o enfoque a ser dado para as atividades. Em entrevista para esta pesquisa, o vereador José Police Neto afirmou que a escola nasceu para focar principalmente em três atividades: i) formar quadros técnicos para aperfeiçoar a relação entre o poder legislativo e a iniciativa privada (seria o embrião de uma escola de lobby); ii) desenvolver uma carreira de especialização, por meio de um curso formal; e iii) apoiar pesquisas focadas em

políticas públicas. Havia, portanto, o direcionamento de como a Escola deveria focar suas atividades e das expectativas da própria presidência da Casa sobre aquele novo órgão de capacitação.

Entre seu surgimento em 2011 e até o fim da presidência do vereador Neto na Câmara e de Lamari na Escola, em 2013, a Escola se estruturou, criou seu regimento interno e definiu sua estrutura, e, por isso, as suas atividades só começam a ganhar força na segunda metade de 2012. Foi quando a Escola lançou seu primeiro curso de pós-graduação, fez as primeiras pesquisas e iniciou debates sobre o futuro da cidade. Nesse ano também foram assinados diversos termos de compromisso com universidades e institutos, focados no desenvolvimento de pesquisas.

A partir de 2013, já com a mudança do presidente da CMSP e também da Escola, o foco passa a ser o funcionamento do Legislativo e "de temas de interesse da cidade para a qualificação contínua dos servidores públicos e o estímulo à participação cidadã da população paulistana", de acordo com o relatório de atividades daquele ano. Portanto, um enfoque mais voltado para o público interno da Câmara. Naquele ano, foram realizadas 40 atividades, todas gratuitas, somando cerca de 600 horas/aula e com mais de 2.500 pessoas presentes. Neste caso, pela falta de material disponível e pela dificuldade em contatar o presidente da Escola nesse período, é difícil precisar qual foi de fato a influência da presidência da CMSP nas atividades da Escola.

Já em 2015, assume a presidência da CMSP o vereador Antônio Donato Mordomo, que identifica na Escola um papel estratégico para aperfeiçoar as atividades da própria Câmara. De acordo com Lara Mesquita Ramos, que foi uma das diretoras acadêmicas da Escola nesse período, "na presidência do Donato, ele era mais ativo e direcionava: queria que a escola acontecesse, que fosse uma coisa viva e que aumentasse o diálogo com a academia. Mas agenda era livre. Era esse o espírito. Fazendo coisas com muita frequência".

Durante esse período, que ocorre entre 2015 e 2017, o enfoque da Escola inverte-se em relação à gestão anterior e o foco passa a ser o público externo e uma discussão mais ampla sobre democracia e política. Nessa gestão, a Escola estava sob a presidência de Christy Ganzert Pato, que realizou diversas parcerias com diferentes atores da sociedade civil, como universidades, organizações não governamentais e até mesmo secretarias da Prefeitura e do Estado para promover eventos e atrair o público externo à Câmara.

Durante sua gestão, Pato também entendeu que a Escola do Parlamento poderia desenvolver um "tripé que não é ainda consolidado nas universidades": o de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, passou a desenvolver cursos e atividades nesse sentido. Foi durante esta

presidência também que foram desenhados os quatro eixos estratégicos para guiar e direcionar os temas e o público-alvo a serem abordados nas atividades da Escola. Os temas do eixo consistiam em: estudo da metrópole; Estado, instituições, democracia e participação social; gestão e políticas públicas; cultura, educação e cidadania. Segundo Pato, a partir desse direcionamento, a "escola cumpria esse papel de ser de fato uma escola voltada a extensão universitária e para aperfeiçoar temas do debate legislativo que não necessariamente estão em pauta".

Christy Ganzert Pato concorda também que o suporte da presidência da CMSP foi essencial para dar visibilidade para a Escola para poder desenvolver suas atividades. "Quando a máquina começa a ver a importância da proposta e a presidência está do nosso lado, aí todas as áreas da Câmara te ajudam". Segundo Pato, o presidente da Câmara à época também garantia independência para a Escola, além de propor um tema por semestre para ser discutido, o que reforça a relevância do papel da Escola na visão da própria Câmara.

Após o fim do mandato de Pato, assume a presidência da Escola o professor Humberto Dantas de Mizuca, nomeado pelo presidente da CMSP, vereador Milton Leite. Dantas passa a organizar as atividades da escola já em 2017 e mantém o foco no público externo, mas agora discutindo questões relacionadas ao município, principalmente. Fazem parte dos objetivos da gestão atual discutir temas como gestão de políticas públicas para a cidade, questões de urbanismo e valorização da democracia, sempre focados nas experiências locais do município.

Nota-se, portanto, que há uma mudança da percepção sobre os enfoques dados nas discussões da Escola em relação aos anos anteriores, apesar de o objetivo permanecer sendo a aproximação com a sociedade civil e a capacitação de servidores.

Ao contrário da gestão anterior, a presidência da Câmara apresenta agora outra postura em relação às atividades da Escola. A percepção de Dantas é que no momento atual a presidência da CMSP "não vê a EP como um órgão estratégico para seu mandato". Dantas afirmou ainda que "há uma mudança de interpretação a cada nova diretoria, que ainda precisa convencer a presidência da casa [CMSP] sobre seu foco".

Na gestão atual, a Escola do Parlamento manteve suas atividades orientadas nos quatro eixos temáticos que foram desenhados durante a gestão anterior: Estudos da metrópole; Estado, instituições, democracia e participação social; Gestão e políticas públicas; Cultura, educação e cidadania. Em relação à contratação de docentes, a Escola realiza seus cursos quase que inteiramente a partir de convites a palestrantes, uma vez que houve um direcionamento da Presidência da CMSP para o congelamento de gastos, inclusive os oriundos da Escola.

Administrativamente, a Escola conta hoje com um Diretor Presidente, um eleito pelos servidores efetivos da instituição e um eleito por organizações da sociedade civil, além de quatro servidores de carreira da Casa, e outros oito entre cedidos, comissionados e estagiários.

Até agosto de 2018 foram realizados aproximadamente 40 cursos, distribuídos entre palestras, fóruns, cursos de média duração e lançamentos de pesquisas, além de *podcasts* sobre a importância do poder legislativo.

3 OUTRAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO

Após a promulgação da nova Constituição Federal e a reforma da administração pública em 1995, o número de escolas legislativas cresceu rapidamente. São diversos os exemplos de escolas que foram criadas e que são considerados como casos de sucesso, inclusive pela própria Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (ABEL). Algumas delas podem servir de parâmetro de comparação para as demais, pela relevância nacional e pela consistência dos trabalhos. É o caso do ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), escola de governo do Senado Federal. Ao mesmo tempo, a presença regional também é importante fator a ser considerado. Neste aspecto, o Instituto Legislativo Paulista (ILP) possui papel relevante dentro do cenário paulista, além de ter sido o principal ponto de partida para a criação da Escola do Parlamento da Câmara Municipal.

3.1 Instituto Legislativo Paulista (ILP)

O Instituto do Legislativo Paulista (ILP) é a escola de governo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), criado em 2001 por meio da Resolução nº 821/2001. Assim como grande parte das demais escolas inseridas no poder legislativo, o ILP também nasceu com o objetivo de qualificar o corpo funcional da Casa, além de auxiliar os trabalhos dos parlamentares, principalmente em apoio ao departamento de comissões.

É por meio de cursos e seminários que o ILP cumpre seu papel de formação de servidores, não só alocados na ALESP, mas também de outras cidades do restante do Estado, que vão a São Paulo em busca de aperfeiçoamento nas áreas de processo legislativo, finanças e políticas públicas.

Além do enfoque no público interno, o ILP também oferece cursos voltados para a população em geral, que buscam contribuir com discussões de temas contemporâneos relevantes, focados nos debates sobre cidadania, participação social e política de um modo geral.

Desde sua criação, o ILP tem sua gestão composta por um diretor-presidente, indicado pelo presidente da ALESP, e dois diretores-executivos, indicados cada um por uma das duas secretarias da Casa. Há a exigência de que um dos três membros da diretoria seja funcionário efetivo da casa, sendo que hoje esta posição é ocupada pelo diretor indicado pela 2ª Secretaria. O Instituto está alocado em uma sala que comporta até 70 pessoas, ocupada por um efetivo de

dez funcionários, divididos entre apoio às comissões, recursos humanos, comunicação e coordenação pedagógica.

Um dos diferenciais do ILP são suas parcerias com diferentes instituições. Uma delas ocorre com a Fundação SEADE, para contribuir na avaliação e na sugestão de políticas públicas com base em dois importantes índices apresentados pela Fundação e que medem o desenvolvimento social do Estado de São Paulo: Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Juntos, esses índices medem o desempenho econômico dos municípios paulistas e suas desigualdades sociais.

O Instituto faz ainda parcerias com a USP Leste para oferecer o curso de Pós-Graduação em Administração e Políticas Públicas no Legislativo, direcionado aos servidores da casa. Há ainda parceria com a FAPESP, que busca promover ciclos de palestras em temas relevantes para a academia, com a presença de pesquisadores proeminentes em suas áreas, trazidos pela Fundação.

A coordenadora-pedagógica do ILP, Thais Prado Horta, confirma que hoje boa parte dos cursos do Instituto são oferecidos principalmente por conta destas parcerias. No entanto, não deixam de surgir também iniciativas por parte dos próprios diretores da escola e dos parlamentares. Em consequência, o público-alvo da escola é definido caso a caso.

Diante dos desafios de engajar alunos e dar consistência às atividades realizadas, a gestão de 2012 desenvolveu um plano estratégico que serviu de base para o ILP nos três semestres seguintes. O Plano foi construído com a colaboração de servidores do Instituto e definiu quatro eixos estratégicos que serviriam de diretrizes para o estabelecimento de prioridades. A cada semestre, o Plano deveria ser revisado, gerando um novo relatório (Fig. 2):

Figura 2 - Representação do plano estratégico do ILP de 2012-2013



Fonte: Website do ILP (2012).

Com base no plano, foram determinados os objetivos do ILP, que "expressam a visão de médio prazo para cada um dos eixos estratégicos do instituto e devem orientar a definição dos projetos prioritários". Foram ainda traçados indicadores de metas (Fig. 3) para quantificar e avaliar o trabalho realizado pelo Instituto ao final do ciclo.

Figura 3 - Quadro de indicadores do ILP

Nome do Indicador	Períodicidade da Coleta	Meta para 2012-2013
Número de Horas/Aula	Trimestral	A Definir
Avaliação dos cursos/palestras pelos alunos	A cada curso	A Definir
Avaliação dos professores pelos alunos	A cada curso	A Definir
Índice de participação de funcionários ALESP nos cursos/palestras	A cada curso	A Definir
Índice de preenchimento de vagas oferecidas	A cada curso	A Definir
Índice de desistência dos cursos	A cada curso	A Definir
Volumes da "Revista ILP Pesquisa" editados	Semestral	1
Reuniões/Seminários/ Palestras dos Grupos de Estudos	Semestral	4
Projetos em parceria com as Comissões	Semestral	1
Número de acessos ao site do IPRS e IPVS	Semestral	A Definir
Número de estudos sobre políticas públicas	Semestral	1
Número de pessoas formadas pelos projetos nos CICs	Semestral	A Definir
Respostas positivas à avaliação de impacto: Como ficou sabendo do curso? Já conhecia o ILP?	A cada curso	-
Número de inserções na agência de notícias, TV e Rádio ALESP (notícias, entrevistas, etc)	Semestral	A Definir
Número de inserções na página do ILP e nas Redes Sociais (notícias, entrevistas, Rádio ILP)	Semestral	A Definir

Fonte: Website do ILP (2012).

O ILP pôde traçar objetivos a médio prazo, pelo menos durante a gestão de 2012, e, por meio do plano de metas, foi possível fazer a avaliação das atividades oferecidas.

No entanto, o plano estratégico desenhado há seis anos não foi mantido ou atualizado, e hoje a escola tem promovido suas atividades, conforme já mencionado, com base nas parcerias estabelecidas e nas demandas, principalmente, dos parlamentares.

Falta ao ILP projeto político pedagógico e gestão democrática. Na sua ideia é para ter um plano de gestão para dois anos, mas como já dito foram poucas as gestões que apresentaram o projeto, criaram o conselho (com eleições) e submeteram o projeto

para discussão do Conselho. Talvez este processo seja realmente muito burocrático (Roberto Lamari).

A dificuldade na frequência dos alunos nos cursos e a pouca previsibilidade sobre o comparecimento, a partir do número de inscritos, também são enfrentadas pelo ILP, assim como pela Escola do Parlamento.

Para tentar endereçar o problema, após a inscrição do aluno no curso, o Instituto encaminha um e-mail solicitando que seja confirmada a presença. Caso não seja possível confirmar, que seja avisado sobre o cancelamento, justificando a ausência. O aluno que não comparecer e não cancelar sua presença, não poderá participar das atividades do ILP por pelo menos seis meses. No entanto, ao contrário da EP, o ILP permite que as inscrições sejam feitas a qualquer tempo.

Apesar da tentativa em inibir inscrições que não sejam convertidas em presença, a medida parece não estar atingindo o objetivo esperado. Para Thais Prado Horta, ainda é alto o número de não comparecimentos, até mesmo entre inscritos que são servidores da Casa. Nos cursos de maior duração, as desistências costumam se concentrar nas primeiras aulas, mantendo-se uma média similar de frequência daí até o final dos cursos.

Em relação ao direcionamento dos cursos e provisão orçamentária, tanto a EP quanto o ILP passam pelas mesmas dificuldades. Ambos sofrem com a mudança constante de foco das atividades, principalmente devido à alteração da gestão da Casa, além da dificuldade em direcionar um orçamento mais robusto para apoiar a divulgação dos cursos e contratação de corpo docente.

3.2 Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)

Por ser a principal instituição de formação legislativa em nível federal, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) é essencial para a análise comparativa junto à Escola do Parlamento. O ILB nasceu em 1997, fruto de um contexto de reforma administrativa que havia chegado ao país em 1995 e que tinha como objetivo a capacitação do funcionalismo público.

O ILB é a escola de governo inserida no Senado Federal e foi a terceira escola do legislativo a ser criada no Brasil, com o objetivo de atender e capacitar cerca de 9 mil funcionários, além dos 81 senadores. O ILB surge também para ser a escola de referência nacional para os demais parlamentos, oferecendo cursos para atender servidores do legislativo municipais e estaduais, além de Tribunais de Contas de todo país.

Sob gerência do ILB há o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo Brasileiro (Interlegis), responsável por fortalecer os legislativos municipal e estadual, por meio da unificação tecnológica e informática. A Unilegis, também gerenciada pelo ILB, serve como uma escola corporativa dentro do legislativo (MELO, 2015).

Os cursos do Instituto dividem-se entre aqueles presenciais, a distância, e os cursos de pós-graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), todos focados em atender e capacitar os servidores e o parlamento. O objetivo dos programas é o de "desenvolver uma cultura gerencial no corpo técnico-administrativo" (MELO, 2015). Pelo próprio posicionamento institucional, é possível perceber que há clareza sobre os objetivos de cada modalidade de curso e, por consequência, seu público-alvo.

Cursos a distância: Oferece mais de 30 cursos, gratuitos, online, por meio da plataforma do ILB, alguns com tutoria e outros sem. É gerenciada por uma Coordenação de Ensino a Distância.

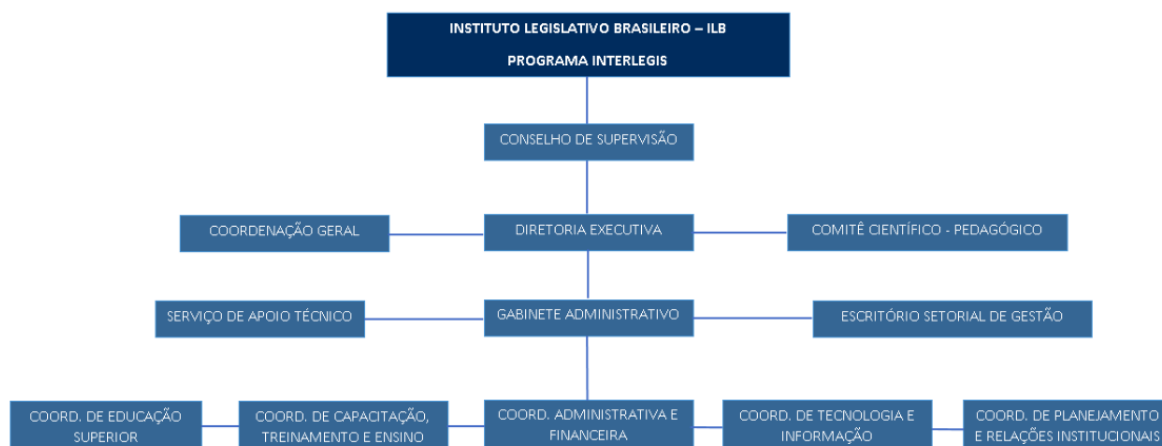
Cursos Presenciais: São cursos de curta e média duração dirigidos aos servidores do Senado Federal. As principais áreas temáticas destes cursos são: processo legislativo; orçamento; gestão de pessoas; administração pública; e estudos legislativos. É gerenciado por uma Coordenação de Educação Presencial.

Cursos de Pós-Graduação: São oferecidos atualmente quatro cursos de Pós-Graduação lato sensu reconhecidos pelo MEC: Administração Legislativa; Comunicação Legislativa; Ciência Política; e Direito Legislativo. Nestes cursos, 90% das vagas são destinadas aos servidores do Senado Federal e o restante é oferecido aos servidores de outras casas legislativas e de contas. É gerido por uma Coordenação de Educação Superior (MELO, 2015, p. 139).

No caso da população em geral como público-alvo, o oferecimento de cursos está limitado ao ensino a distância, uma modalidade que a Escola do Parlamento ainda não pratica. A própria EP reconhece a importância desta modalidade, inclusive indicando, em seu site, as plataformas de Ensino a Distância (EAD) da Câmara dos Deputados, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Instituto Serzedello Corrêa – Escola do Tribunal de Contas da União, Saberes – Escola de Governo do Senado Federal e da Escola do Tribunal de Contas do Paraná.

Quando comparado à EP e ao ILP, o ILB possui uma estrutura administrativa mais robusta, dividida entre Conselho de Supervisão; Diretoria Executiva e Comitê Científico-Pedagógico. Abaixo dessas estruturas principais, diversas outras são responsáveis por determinar a política de atuação do instituto, gerir administrativamente a escola, propor diretrizes para os cursos, além de realizar parcerias e cooperações (Fig. 4):

Figura 4 - Estrutura do ILB



Fonte: Website do ILB (2018)

Diferentemente da Escola do Parlamento e também do Instituto do Legislativo Paulista, é previsto no regimento interno do ILB a obrigação em produzir e aprovar um plano anual ou plurianual para as suas atividades.

§ 1º - As ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas constarão de Plano de Capacitação Anual ou Plurianual, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro com base nas demandas de capacitação das unidades do Senado, e encaminhado ao Conselho de Supervisão do ILB, que se encarregará de aprová-los, na forma de Regulamento (Art. 238, Anexo IV).

A criação de um plano de médio ou longo prazo traz consistência para as ações do ILB, sendo um mecanismo para superar as demandas políticas imediatistas e também para dar mais visibilidade ao seu público-alvo das diretrizes da escola. Em entrevista com a diretora acadêmica da EP da última gestão, Lara Mesquita, a possibilidade de criação de um plano plurianual para a escola da CMSP foi apresentada como uma das soluções para consolidar as atividades da escola independentemente da gestão do momento. Mesquita alerta, porém, que não há como ter garantias de que de fato essa medida solucione o problema da escola, mas poderia ser algo a ser testado.

4 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Desde sua criação em 2011, a Escola do Parlamento já ofereceu diversos cursos, os quais contaram com a presença de mais de 25 mil alunos. Como analisado nos capítulos anteriores, apesar da sua criação tardia, a Escola do Parlamento da CMSP pôde desenvolver um papel de relevância no debate político e legislativo do cenário paulistano. No entanto, a direção atual enfrenta algumas dificuldades.

Os principais desafios da Escola do Parlamento são: (i) o de adensar a participação, o interesse e o conhecimento da sociedade sobre a Escola e de (ii) desenvolver um modelo de atuação que seja sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola.

Para o primeiro desafio, é preciso primeiramente entender como é projetado o contexto atual de relacionamento da Escola com a sociedade e de interesse e participação de alunos nos cursos ofertados. Quais são os caminhos percorridos pelo aluno, desde sua decisão em escolher a Escola até sua efetiva participação no curso e seu posterior engajamento. Quais as dificuldades e quais os estímulos estão presentes durante todo esse processo.

Para tanto, será observada a "jornada" do aluno, ou seja, todo o seu processo de participação em um curso ofertado pela Escola. Nessa observação, serão feitas descrições de cada etapa, enfocando os desafios e as percepções. Posteriormente, essa análise será utilizada para levantar hipóteses e buscar oferecer soluções para o problema, principalmente com base na teoria da Economia Comportamental.

Para a observação e constatação do processo como um todo, os autores colocaram-se na posição de potenciais alunos e passaram por todas as etapas, desde a inscrição até o dia do curso e o posterior engajamento, para que essa experiência pudesse ser descrita com mais detalhes.

Para o segundo desafio, que consiste em desenvolver um modelo de Escola que perdure nos anos subsequentes e se mantenha em mandatos de diferentes presidentes, será necessário olhar para outras experiências de escolas do legislativo no Brasil e extrair os pontos positivos e negativos de cada uma delas. Observar o que já foi feito em outras escolas, bem como na própria Escola do Parlamento, e extrair os exercícios de sucesso.

4.1 A "jornada" do aluno para participação nos cursos

O meio oficial de divulgação dos cursos ofertados pela Escola do Parlamento é seu site oficial³, alocado dentro da página da Câmara Municipal de São Paulo. A Escola também utiliza

³ Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

o alcance do Facebook, *mailing list* e cartazes para a divulgação de suas atividades. De acordo com Humberto Dantas, presidente da escola:

Por vezes segue um ritmo padrão [de divulgação dos cursos]: cartaz eletrônico, cartaz impresso para ser distribuído entre os parceiros ou pelo interior da Câmara Municipal, mailing, Facebook [...] eventualmente contamos com a ajuda dos parceiros na divulgação, se assim eles quiserem, o que normalmente é combinado de início.

De qualquer maneira, é somente por meio do site que é possível realizar a inscrição nos cursos oferecidos. Logo na barra superior da *homepage*, é possível visualizar a opção "Cursos", que também está disponível em uma outra caixa de acesso, logo após o banner de divulgação das atividades da Escola. Como pode ser visto na tela abaixo (Fig. 5), a identificação de onde buscar os cursos ofertados pela Escola é de fácil acesso.

Figura 5 - Tela da página inicial da Escola do Parlamento



Fonte: Website da Escola do Parlamento (2018)

Ao clicar em "Cursos", o aluno pode escolher entre as seguintes opções: "próximos cursos"; "inscrições abertas"; "em andamento"; "realizados" e "gestão pública - um Brasil". Com exceção da opção "gestão pública - um Brasil", todas as demais opções direcionam o aluno para a mesma página, sem distinção de conteúdo, como pode ser visto na Figura 6:

Figura 6 - Páginas com as opções para "Cursos"



Fonte: Website da Escola do Parlamento (2018)

Além da falta de personalização para cada item elencado em “cursos”, há outro problema com a disposição das informações na tela. À primeira vista, o aluno é levado a entender que a página selecionada está em branco, como pode ser percebido nas telas da Imagem 2. Mas, em seguida, percebe que tanto a opção "próximos cursos" quanto as opções "inscrições abertas", "em andamento" e "realizados" estão todas listadas na lateral direita da página.

Neste momento, há um "ruído" na comunicação entre a Escola e o aluno, uma vez que a primeira impressão é acreditar que não há nada a ser exibido na página, já que mais da metade dela está em branco. Só após um olhar mais detalhado é que é possível enxergar que a lista dos cursos está disposta na lateral.

Uma segunda distração ocorre pela pouca explicação na diferenciação entre "próximos cursos" e "inscrições abertas", uma vez que, tratando-se de um aluno que esteja no seu primeiro acesso, é possível que haja dúvida sobre qual das duas páginas acessar para visualizar os cursos disponíveis. O que ocorre é que a Escola optou por fazer a diferenciação entre os cursos que estão apenas sendo divulgados, mas que as inscrições ainda não estão disponíveis, e aqueles em que já é possível fazer as inscrições, uma vez que as inscrições ficam disponíveis apenas alguns dias antes da data do curso.

Considerando que o aluno se interesse por algum dos cursos ali ofertados, ele é direcionado para uma nova página com descrições e mais informações sobre o curso selecionado (Fig. 7):

Figura 7 - Página com descritivo do curso selecionado

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA AMÉRICA LATINA – CADERNOS ADENAUER

Diretor Responsável e Coordenador: Humberto Dantas

O espaço da mulher na política, com enfoque na América Latina, precisa ser debatido, compreendido e ampliado. Com base em tal aspecto, uma série de estudos compõe o mais recente número da *Revista Cadernos Adenauer*, da *Fundação Konrad Adenauer* no Brasil. O intuito é reunir reflexões e trazer parte desse conjunto de autoras e autores para um debate na Câmara Municipal, seguindo tradição do compromisso da Escola do Parlamento com essa temática essencial.

A revista será **GRATUITAMENTE** distribuída aos presentes e o volume está aberto na internet para download ([clique aqui](#)).

Objetivos: Lançar a *Revista Cadernos Adenauer* sobre mulheres na Política, sob o título PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA AMÉRICA LATINA, e debater resultados encontrados com autoras e autores que participaram da publicação.

Público alvo: Cidadãs e cidadãos em geral, coletivos feministas, políticas/políticos, estudantes

Vagas: 150

Carga Horária: 3 horas

CURSOS

- GESTÃO PÚBLICA - UM BRASIL
- PRÓXIMOS CURSOS
 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA AMÉRICA LATINA - CADERNOS ADENAUER
- INSCRIÇÕES ABERTAS
 - POLÍTICA E EDUCAÇÃO: PRÁTICAS LÚDICAS NO COTIDIANO DA ESCOLA
- EM ANDAMENTO
 - FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES
 - ELEMENTOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A ATIVIDADE LEGISLATIVA
 - POTENCIAIS EDUCATIVOS DO TERRITÓRIO URBANO: RUMO À CIDADE EDUCADORA - MÓDULO II - CRIAR NA CIDADE
 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA UMA CIDADE EDUCADORA
 - LEGISLATIVOS E TRIBUNAIS DE CONTAS: FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO
- REALIZADOS

Fonte: Website da Escola do Parlamento (2018)

Nesta página, é possível encontrar algumas informações com descrições sobre o curso escolhido como: um breve descritivo do curso a ser ofertado; o objetivo a ser atingido com a participação neste curso; o perfil do público-alvo esperado; a quantidade limite de vagas; a carga horária; data do curso; data em que serão abertas as inscrições e uma pequena biografia do(s) professor(es) que irão conduzir o curso.

De maneira geral, as informações estão completas e oferecem detalhes para que o aluno possa tomar a decisão de se inscrever ou não no curso. Neste momento, o aluno avalia sua participação no evento. Se optar por fazê-lo, deverá tomar mais uma decisão.

Como há a diferenciação entre "próximos cursos" e "inscrições abertas", se houver interesse do aluno no curso escolhido, ele deverá observar qual a data em que serão abertas as inscrições. Nesse momento, é transferida para o aluno a responsabilidade em lembrar de retornar ao site da Escola do Parlamento para realizar a sua inscrição, uma vez que não é possível, por meio do site da Escola, que o aluno registre seu interesse naquele curso (Fig. 8):

Figura 8 - Telas sobre data para inscrição

6 de agosto – 19h às 22h – Auditório Prestes Maia

Inscrições: 24 de julho a partir das 15h

Convergências históricas na emergência dos estudos sobre mulher e gênero – Profa. Dra. Lúcia Avelar – mestre e doutora em Ciências Sociais na PUC/SP, pós-doutora em Ciência Política da Universidade de Yale (EUA), bolsista *Fernand Braudel* no *European University Institute*, pesquisadora associada no *Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP)* da *Universidade Estadual de Campinas*.

Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais – Profa. Dra. Patrícia Rangel – doutora em Ciência Política pela UnB com missão de estudos na *Universidad Nacional de General Sarmiento* (Argentina), bolsista de pós-doutorado da FAPESP, pesquisadora no *Departamento de Sociologia da FFLCH/USP* e no grupo *50 Anos de Feminismo*, com período de estágio no *Latinamerika Institut (LAI)*, *Freie Universität Berlin*.

Ambiguidades do liberalismo político feminista: reflexões sobre Martha Nussbaum à luz de questões latino-americanas – Profa. Dra. San Romanelli Assumpção – mestre e doutora em Ciência Política pela USP, pós-doutoranda PNPd-CAPES do IESP-UERJ, pesquisadora de Teoria Política Contemporânea nas áreas de Justiça, Tolerância, Direitos Humanos e Gênero.

Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro – Profa. Dra. Flavio Rios – professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense.

Ações de educação política da KAS nas periferias de São Paulo: o recorte de gênero e a percepção de que o problema não reside aqui – Prof. Dr. Humberto Dantas – diretor residente da Escola do Parlamento, cientista social, mestre e doutor em Ciência

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2018

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2017

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2013

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2016

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2015

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2014

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2012

▶ CURSOS REALIZADOS EM 2011

Fonte: Website da Escola do Parlamento (2018)

As inscrições para os cursos são abertas normalmente entre dez e sete dias antes da data do evento. De acordo com o presidente da Escola, Humberto Dantas, isso ocorre porque foi uma prática adotada pelas gestões anteriores e "entendemos que funcionava".

Dado que é informado que há limite de vagas para a participação nos cursos, há a possibilidade de um aluno interessado deixar de participar por não terem mais vagas disponíveis. Por outro lado, é possível também que o aluno que se interessar pela atividade seja levado a inscrever-se o mais rápido possível. No entanto, não é possível acompanhar quantas vagas ainda estão disponíveis com o passar do tempo.

Chegado o momento da inscrição, o aluno deve retornar ao site da Escola, buscar seu curso de interesse em "Inscrições Abertas" e clicar em "inscreva-se aqui". Após o clique, o aluno será direcionado para uma nova página (Fig. 9) na qual é apresentado um formulário de perguntas do Google.

Figura 9 - Tela com formulário de perguntas para inscrição



* Required

ESCOLA DO PARLAMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Dados Cadastrais

Nome Completo *

Your answer

CPF *

Your answer

CEP Residencial *

Your answer

Fonte: Website da Escola do Parlamento (2018)

Neste momento são exigidas as seguintes informações para que o aluno realize seu cadastro:

1. Nome completo;
2. CPF;
3. CEP residencial;
4. E-mail pessoal e alternativo;
5. Data de nascimento;
6. Gênero;
7. Escolaridade;
8. Área de formação principal;
9. Área de atuação principal;
10. Instituição;
11. Possui alguma necessidade especial para participar do evento? Se sim, qual?;
12. Telefone para contato;

13. Como ficou sabendo do evento;
14. Motivação para participar do evento;
15. Concorde com a Política de Inscrição e Certificação;
16. Política de Comunicação (se gostaria de receber comunicação sobre eventos da escola).

Após o preenchimento do formulário, que dura em torno de dois minutos, o aluno irá visualizar uma tela com um texto que procura criar conscientização no usuário sobre sua participação no curso. Por aparecer somente após a inscrição, o aluno que decidir por desistir do curso não poderá deixar de fazer a inscrição, visto que ela acaba de ser encaminhada. Não há também nenhuma opção em que o aluno possa comunicar a Escola de sua desistência.

Inscrição realizada com sucesso! Agradecemos muito o seu interesse. A Escola do Parlamento realiza todas as suas atividades gratuitamente. Muitos de seus palestrantes são voluntários e toda a utilização da estrutura da Câmara Municipal representa investimento público na formação, no debate e no avanço de uma sociedade mais democrática. Assim, pedimos respeitosamente que calcule a sua efetiva possibilidade de participar desse evento. Temos recebido muitas inscrições que não se convertem em presença. O principal problema está associado ao fato de que as vagas se encerram quando atingidos determinados limites, e a ausência do inscrito, seguramente, impossibilita a participação de outros cidadãos. Vamos respeitar o investimento público nessa oportunidade de estarmos juntos. Antes de se inscrever: confira sua agenda. Converta seu interesse em inscrição, e lembre-se de transformar sua inscrição em PARTICIPAÇÃO! (grifo nosso).

Após sua inscrição, o aluno receberá um e-mail de confirmação no qual constam informações sobre a data, hora e local do curso, além de uma breve descrição.

Entre o momento da inscrição e o dia do curso não há quase nenhuma comunicação da Escola diretamente para o aluno. De acordo com Humberto Dantas, "em determinados eventos mais fechados mandamos mensagens adicionais com pedido de confirmação de presença". Nessa etapa, novamente, é transferida para o aluno a responsabilidade em lembrar seu compromisso em comparecer na Escola para participar do curso escolhido.

Os cursos são normalmente oferecidos na própria Câmara Municipal de São Paulo, que se localiza na região central da cidade. De acordo com Humberto Dantas, a Escola procura escolher os horários dos cursos de acordo com o perfil e os objetivos do seu público-alvo. Eventos para servidores da Prefeitura e da CMSP normalmente ocorrem no período da tarde, já que a participação nesses cursos é vista como intrínseca às suas atividades profissionais e as horas adquiridas nos eventos contam para critérios de mérito. Para o público em geral, os eventos são no período noturno, já que nesses casos o objetivo de participação é de complementação da formação profissional.

No dia do curso, o aluno irá se deslocar até a Câmara Municipal. Ao chegar no local, é preciso identificar-se na recepção. Não há nenhuma comunicação na entrada da Câmara sobre o curso que está sendo oferecido e é preciso confirmar o local com os recepcionistas. Os cursos geralmente ocorrem em alguns dos auditórios, que são amplos, iluminados, com sistema de som de boa qualidade e assentos disponíveis para todos os presentes. O aluno, ao entrar no auditório, deve assinar uma lista de presença e, se desejar, preencher um formulário de avaliação, a ser entregue no final do evento.

Dois dias após o evento, é enviado e-mail informando que o Certificado de Participação no evento está pronto para retirada na Escola do Parlamento. No entanto, é possível que o aluno receba a versão em PDF do certificado também por e-mail (vide anexos).

Após a participação no curso, e caso tenha permissão, a Escola continua sua comunicação com o aluno encaminhando e-mails com descrição dos próximos eventos.

4.2 Análise de dados primários da EP

4.2.1 Banco de dados dos cursos, alunos, inscrições e presença

Parte importante do diagnóstico sobre a problemática trazida pela Escola do Parlamento é a análise quantitativa dos seus principais indicadores. Para tanto, a Escola forneceu a base de dados contendo todas as informações sobre os alunos, cursos, inscrições e presença nos cursos desde 2011.

O banco de dados fornecido pela Escola consistiu em um arquivo *Access* contendo uma série de tabelas com informações sobre frequência de alunos, perfil dos alunos, perfil dos cursos e outras informações que auxiliam no diagnóstico do problema. Para esta análise, foram levados em conta apenas os dados não identificados dos alunos (quantidade, idade, gênero, escolaridade, etc.) e os dados sobre as atividades oferecidas – incluindo inscrições, presenças, conclusões, etc.

A partir da análise e do cruzamento de todos estes dados surgiram as tabelas analisadas nesta seção. De acordo com o objetivo do trabalho, não serão desenvolvidos modelos estatísticos que possam inferir causalidade entre as diferentes variáveis e a frequência nos cursos. Será apresentado um diagnóstico descritivo sobre as observações decorrentes do cruzamento entre os dados dos cursos oferecidos, inscrições e presença dos alunos.

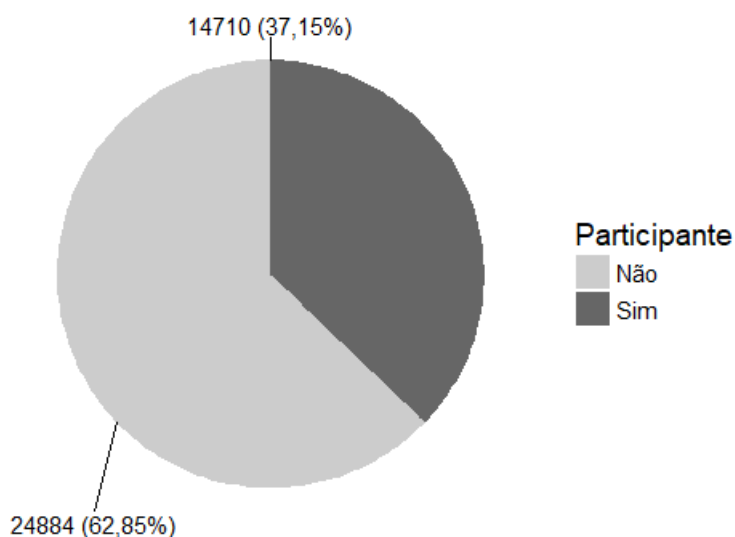
Resumidamente, a demografia do público da Escola se constitui de uma maioria feminina (60,47%), com faixa etária entre 21 e 45 anos (68,13%), com, no mínimo, ensino

superior - mesmo que incompleto - (87,22%) e não portador de necessidades especiais (99,51%). Em relação às atividades, as principais atividades oferecidas foram os cursos (45,76%).

a) Perfil do Público da Escola do Parlamento com base nas inscrições para as atividades:

O total do número de alunos inscritos nas atividades da Escola do Parlamento desde 2011 foi de 39.594 indivíduos. A seguir, analisaremos os alunos com base em gênero, idade, escolaridade, área de atuação, área de formação e porte de necessidades especiais.

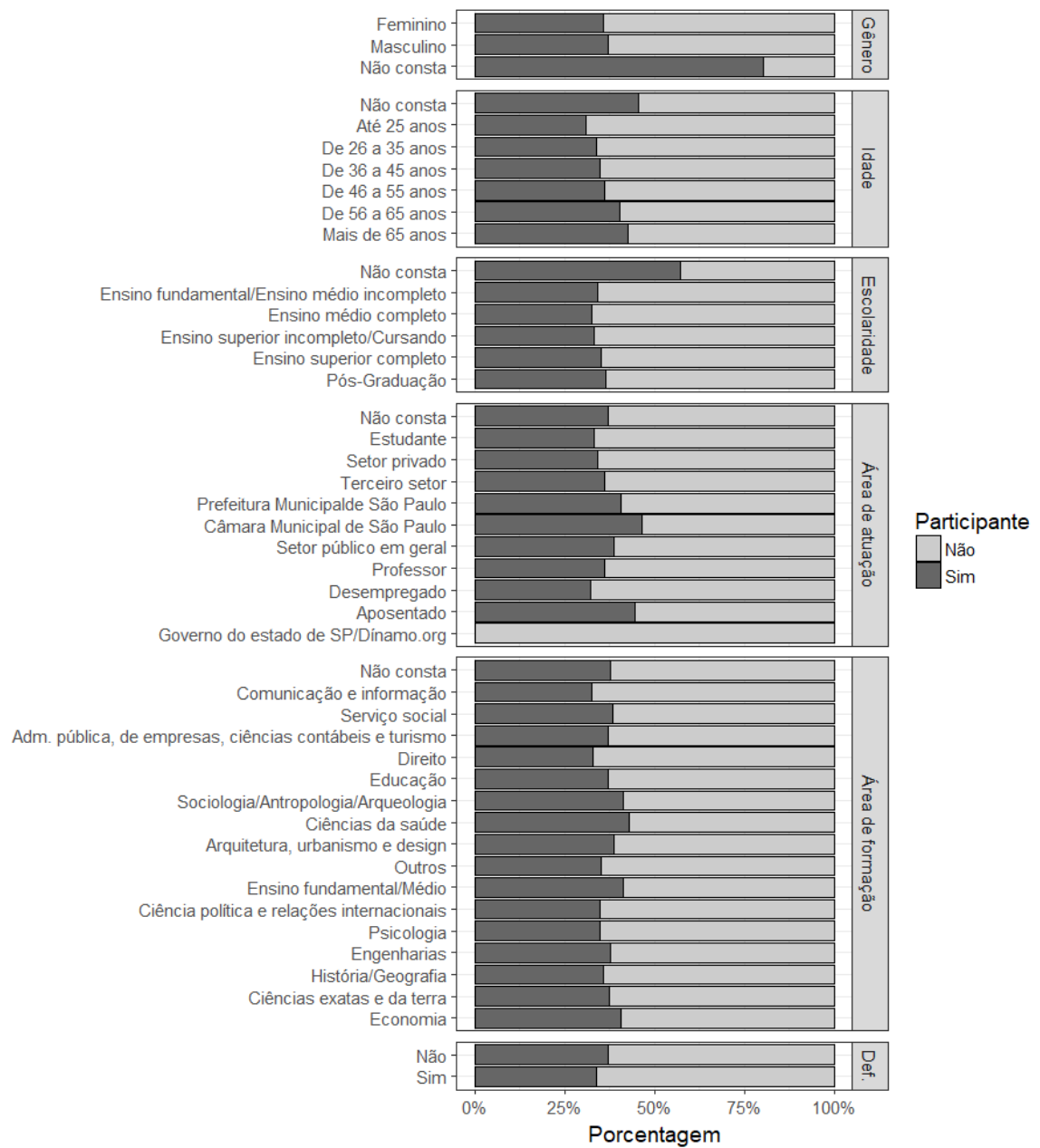
Gráfico 1 - Setores da participação nos cursos da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo, a partir de 2011.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

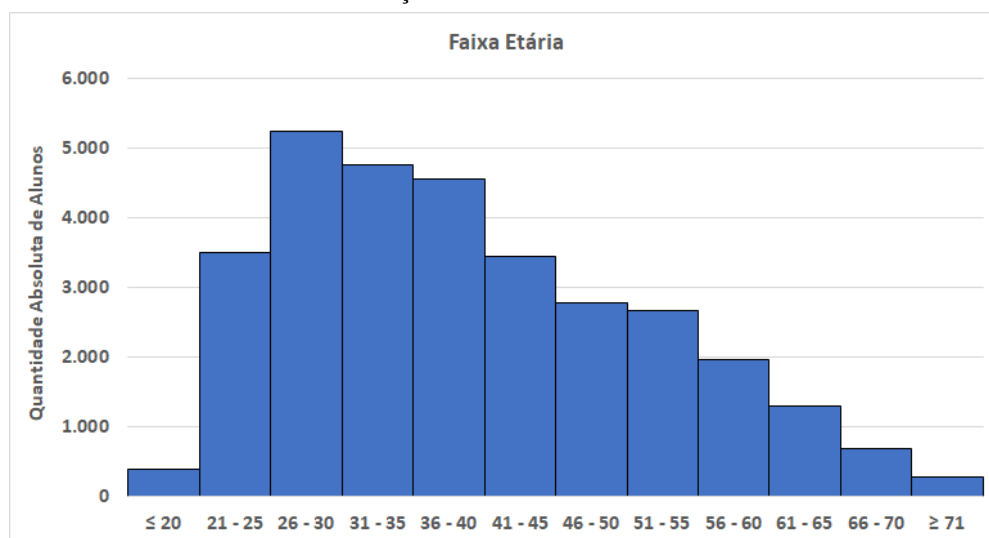
Vê-se, no Gráfico 1, que entre os 39.594 registros de alunos dos cursos da Escola Parlamento, 62,85% não participaram dos cursos, enquanto que 37,15% participaram.

Gráfico 2 - Da participação nos cursos da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo, a partir de 2011, por características dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Gráfico 3 - Distribuição de faixa etária entre os alunos da EP



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Destaca-se que, de maneira geral, os alunos para os quais não consta a informação do gênero (Gráfico 2) apresentaram uma porcentagem de participação maior nos cursos em relação àqueles cujo gênero constava nos registros, sendo o mesmo observado para a idade e escolaridade. Quanto à área de atuação (Gráfico 3), as maiores porcentagens são observadas para os aposentados e os que trabalham na Câmara Municipal de São Paulo. Já em relação à área de formação e deficiência, a porcentagem parece não variar muito entre as categorias.

Depreende-se da análise do público da Escola, que, apesar de em alguns indicadores haver uma maior concentração, não há uma demografia específica claramente definida que busca as atividades. Há uma preponderância do gênero feminino, das faixas etárias de 21 a 45 anos, do nível de educação superior – seja ele incompleto/cursando, ou ainda em nível de pós graduação -, de estudantes e servidores públicos em geral. Não é significativo o nível de participação de pessoas com necessidades especiais.

b) Perfil das Atividades:

Foram oferecidas, desde 2011, 271 atividades entre cursos, seminários, palestras, oficinas, debates, ciclos de debates, encontros, lançamentos, painéis, congressos, fóruns, jornadas, mesas redondas, mostras, festivais e premiações. A seguir, analisaremos a evolução quantitativa de atividades oferecidas e a distribuição de alunos inscritos por tipo de atividade.

O principal ano para a Escola do Parlamento em relação ao número de atividades oferecidas foi 2016. Como os dados de 2018 são parciais, acreditamos que o período 2016,

2017, 2018 apresentará uma média de atividades oferecidas muito semelhante, representando um salto frente aos anos de 2011 a 2015.

Analisando-se as atividades oferecidas, podemos perceber que a Escola oferece majoritariamente cursos, seminários e palestras. Vemos ainda que a relação entre a quantidade de atividades e a quantidade de alunos inscritos é maior para os cursos – 45,76% das atividades são cursos, mas os cursos respondem por 56,08% do total de inscritos. Isso indica que cursos possuem uma procura maior que outras atividades.

c) Análise da presença

A principal análise realizada nesta seção diz respeito à frequência das atividades da Escola do Parlamento, ou seja, dos alunos inscritos quais efetivamente compareceram e, eventualmente, foram certificados. Essa análise é essencial para endereçar o primeiro problema trazido pela Escola, em relação ao adensamento da participação dos alunos.

Esta análise se baseou nas informações de inscritos que foram selecionados para participar dos cursos (campo “Selecionados”, que nas tabelas aparece com a nomenclatura “Inscritos” para maior facilidade de compreensão), de participantes (campo “Presença”, que nas tabelas aparece com a nomenclatura “Participantes” para maior facilidade de compreensão, sendo que nos casos em que o valor foi maior que 1 consideramos que o aluno se inscreveu e participou) e de obtenção de certificado de participação (campo “Certificado”).

Tabela 1 - Análise univariada da participação do curso em função de fatores em estudo e resultado do teste de qui-quadrado

Fatores	Participante		Odds Ratio	Valor p	Teste χ^2
	Não	Sim			Valor p
Gênero					< 0,001
Feminino	15086 (38,1%)	8410 (21,2%)	1,00	-	
Masculino	9653 (24,4%)	5708 (14,4%)	1,06	< 0,001	
Não consta	145 (0,4%)	592 (1,5%)	7,32	< 0,001	
Idade					< 0,001
Até 25 anos	2696 (6,8%)	1209 (3,1%)	1,00	-	
De 26 a 35 anos	6645 (16,8%)	3380 (8,5%)	1,13	< 0,001	
De 36 a 45 anos	5226 (13,2%)	2801 (7,1%)	1,20	< 0,001	
De 46 a 55 anos	3493 (8,8%)	1968 (5%)	1,26	< 0,001	
De 56 a 65 anos	1952 (4,9%)	1323 (3,3%)	1,51	< 0,001	
Mais de 65 anos	550 (1,4%)	408 (1%)	1,65	< 0,001	
Não consta	4322 (10,9%)	3621 (9,1%)	1,87	< 0,001	
Escolaridade					< 0,001
Ensino fundamental/Ensino médio incompleto	680 (1,7%)	353 (0,9%)	1,00	-	
Ensino médio completo	2369 (6%)	1141 (2,9%)	0,93	0,317	
Ensino superior incompleto/Cursando	3524 (8,9%)	1743 (4,4%)	0,95	0,501	
Ensino superior completo	10871 (27,5%)	5909 (14,9%)	1,05	0,496	
Pós-Graduação	5700 (14,4%)	3239 (8,2%)	1,09	0,191	
Não consta	1740 (4,4%)	2325 (5,9%)	2,57	< 0,001	
Área de atuação					< 0,001
Não consta	11159 (28,2%)	6603 (16,7%)	1,00	-	
Estudante	3300 (8,3%)	1637 (4,1%)	0,84	< 0,001	
Setor privado	2206 (5,6%)	1137 (2,9%)	0,87	< 0,001	
Terceiro setor	1904 (4,8%)	1071 (2,7%)	0,95	0,219	
Prefeitura Municipal de São Paulo	1623 (4,1%)	1103 (2,8%)	1,15	< 0,001	
Câmara Municipal de São Paulo	1436 (3,6%)	1239 (3,1%)	1,46	< 0,001	
Setor público em geral	1501 (3,8%)	948 (2,4%)	1,07	0,141	
Professor	933 (2,4%)	530 (1,3%)	0,96	0,471	
Desempregado	666 (1,7%)	317 (0,8%)	0,80	< 0,001	
Aposentado	155 (0,4%)	125 (0,3%)	1,36	0,011	
Governo do estado de SP/Dínamo.org	1 (0%)	0 (0%)	#	#	

(Continua)

(Conclusão)					
Fatores	Participante		Odds Ratio	Valor p	Teste χ^2 Valor p
	Não	Sim			
Área de formação					< 0,001
Não consta	12712 (32,1%)	7711 (19,5%)	1,00	-	
Comunicação e informação	2066 (5,2%)	996 (2,5%)	0,79	< 0,001	
Serviço social	1818 (4,6%)	1123 (2,8%)	1,02	0,655	
Administração pública, de empresas, ciências contábeis e turismo	1625 (4,1%)	962 (2,4%)	0,98	0,573	
Direito	1647 (4,2%)	801 (2%)	0,80	< 0,001	
Educação	1229 (3,1%)	719 (1,8%)	0,96	0,461	
Sociologia/Antropologia/Arqueologia	742 (1,9%)	524 (1,3%)	1,16	< 0,001	
Ciências da saúde	461 (1,2%)	345 (0,9%)	1,23	< 0,001	
Arquitetura, urbanismo e design	409 (1%)	259 (0,7%)	1,04	0,594	
Outros	419 (1,1%)	227 (0,6%)	0,89	0,177	
Ensino fundamental/Médio	315 (0,8%)	222 (0,6%)	1,16	0,091	
Ciência política e relações internacionais	329 (0,8%)	175 (0,4%)	0,88	0,165	
Psicologia	288 (0,7%)	153 (0,4%)	0,88	0,189	
Engenharias	266 (0,7%)	160 (0,4%)	0,99	0,934	
História/Geografia	262 (0,7%)	145 (0,4%)	0,91	0,380	
Ciências exatas e da terra	169 (0,4%)	101 (0,3%)	0,99	0,906	
Economia	127 (0,3%)	87 (0,2%)	1,13	0,385	
Deficiente					0,515
Não	24813 (62,7%)	14674 (37,1%)	1,00	-	
Sim	71 (0,2%)	36 (0,1%)	0,86	0,453	

Não foi possível estimar a razão de chances devido à baixa frequência.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que alunos do gênero masculino possuem chances significativamente maiores de participarem, de 6% a mais se comparados com as mulheres (OR de 1,06), enquanto que para aqueles cujo gênero não constam, as chances são 632 vezes maiores (OR de 7,32).

Já em relação à idade, observa-se que à medida que a faixa etária aumenta, as chances de participação nos cursos da Escola Parlamento também aumentam, sendo todas significativamente diferentes das chances observadas para os indivíduos com idade de até 25 anos, destacando-se que pessoas com 56 a 65 anos ou com mais de 65 anos possuem 51% e 65% de chances a mais de participação em relação aos com 25 anos ou menos (ORs de 1,51 e 1,65%, respectivamente), enquanto que os que não têm a idade registrada apresentam 87% de chances a mais (OR de 1,87).

Apenas as chances de participação nos cursos dos indivíduos cuja escolaridade não constava nos registros diferem significativamente das chances dos que possuem ensino fundamental/ensino médio incompleto, sendo 1,57 vezes maior (OR de 2,57).

Quanto à área de atuação, nota-se que estudantes, profissionais do setor privado e desempregados apresentam chances significativamente menores de participação nos cursos da Escola Parlamento se comparados aos que não possuem a área de atuação informada (ORs de 0,84, 0,87 e 0,80, respectivamente). Por outro lado, funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo e aposentados apresentam chances significativamente maiores de participação nos cursos da Escola Parlamento se comparados aos que não possuem a área de atuação informada (ORs de 1,15, 1,46 e 1,36, respectivamente).

Da mesma forma, indivíduos cuja área de formação era de comunicação e informação ou de direito obtiveram chances significativamente diferentes e menores de participar dos cursos se comparados aos que não apresentaram a informação da área de formação (ORs de 0,79 e 0,80). Em contrapartida, as chances de participação também diferiram de modo significativo para os indivíduos com formação nas áreas de sociologia/antropologia/arqueologia e de ciências da saúde, entretanto, nesses casos as chances de participação foram maiores (ORs de 1,16 e de 1,23, respectivamente).

Ainda, não foram observadas diferenças significativas das chances de participação nos cursos entre os indivíduos que possuem e os que não possuem algum tipo de deficiência, ao nível de 5% de significância.

Vê-se, ainda na Tabela 1, que dos seis fatores avaliados, apenas para a deficiência não foram encontradas evidências amostrais suficientes de associação significativa com a participação nos cursos da Escola Parlamento (valor p de 0,515), ao nível de 5% de significância, de acordo com os resultados do teste qui-quadrado, enquanto gênero, idade, escolaridade, área de atuação e área de formação associam-se significativamente com a participação (todos valores $p < 0,001$).

4.2.2 Pesquisa online com participantes das atividades

Como parte do diagnóstico da frequência das atividades realizadas pela Escola do Parlamento, desenvolvemos, para este trabalho, uma pesquisa sobre vários aspectos tanto do público quanto das atividades e da própria instituição.

Esta pesquisa foi desenhada em parceria com a Diretoria da Escola, e coletou as informações por meio da plataforma online *SurveyMonkey*. O link de acesso ao questionário foi enviado pela Área de Comunicação da EP para todo o mailing de alunos e ex-alunos, portanto, abrangendo todo o universo de participantes nas atividades. Do total de aproximadamente 16 mil cadastros no banco de dados, recebemos 484 respostas – cerca de 3%, coletadas entre os dias 17 de agosto a 3 de setembro de 2018.

A faixa etária da amostra, com maior concentração de participantes entre 21 e 59 anos, assim como a distribuição de gênero, com aproximadamente 60% feminino e 40% masculino, são consistentes com os números da população de alunos da EP.

Em relação à ocupação dos respondentes do principal segmento, Servidores Públicos, no caso dos 99 participantes que informaram o órgão em que trabalham, há uma diversidade imensa, como, por exemplo, ETECs, Conselho Tutelar, Ministério Público, Prefeituras Regionais, Corpo de Bombeiros, Secretarias da Prefeitura, servidores da própria Câmara Municipal de São Paulo e de outras cidades no Estado, órgão da administração indireta, como SP Urbanismo e SP Turismo, Fundação Procon, Polícia Federal, CPTM, SEADE, funcionários do Poder Judiciário, de Universidades etc.

No caso das respostas quanto à modalidade de ensino cursada, o resultado da amostra divergiu da população, porém, é preciso se ter em mente que as amostras e as metodologias não seguiram padrões semelhantes.

Os outros motivos especificados pelos participantes da pesquisa foram, na verdade, quase que totalmente variações na expressão de interesse pessoal pelo tema.

Novamente, há uma discrepância entre os dados desta amostra e do universo de alunos da Escola do Parlamento, já que, neste caso, o comparecimento dos respondentes foi de 80,11%. Dado que a resposta à pesquisa foi voluntária, parece-nos natural que apenas quem já possui um interesse pelas atividades se dispusesse a responder o questionário, o que faz com que o número do comparecimento de participantes seja muito maior na pesquisa do que nos registros do banco de dados.

No geral os cursos são bem-avaliados pelos participantes, já que as respostas negativas ficam em torno de 3%. Não nos parece, portanto, que a qualidade das atividades esteja relacionada às baixas taxas de comparecimento verificadas.

Todos os itens avaliados em relação aos cursos oferecidos apresentam no mínimo 61% de respostas “Muito bom” ou “Bom”, com a menor avaliação positiva para o “Material Didático”, e a melhor avaliação, com 92% de “Muito bom” ou “Bom”, para o “Conteúdo do(s) curso(s)”. Esta questão detalha e reforça o panorama positivo sobre as atividades verificado nas respostas às outras questões correlatas.

Em relação ao transporte até a Escola, no caso em que os respondentes informaram “Outro” meio, as respostas se concentraram em bicicleta, moto ou mais de um meio de transporte público conjugado, como, por exemplo, ônibus e metrô.

Por fim, os respondentes foram questionados quanto à visão sobre a Escola do Parlamento com um atingimento de 96% de avaliação “Muito positiva” ou “Positiva”, indo de encontro às boas avaliações das atividades observadas nas questões anteriores.

Desta forma, a pesquisa nos traz importantes informações sobre a demografia do público, confirmando, por exemplo, as principais faixas etárias e gênero dos alunos. É possível perceber também que não há preponderância absoluta de nenhuma região da cidade onde residam os participantes, inclusive com um percentual significativo de alunos de outros municípios. Em relação à ocupação dos alunos, porém, fica claro que há uma maioria de servidores públicos, de vários órgãos.

As informações sobre divulgação dos cursos obtidas nas entrevistas com a equipe da Escola foram corroboradas na pesquisa, mostrando que de fato os principais canais são as redes sociais, e-mail e site da instituição. O processo de inscrição, apesar de em nossa opinião apresentar espaço para melhorias, foi bem-avaliado.

Finalmente, o principal paralelo que se pode traçar entre a pesquisa e a análise dos dados é a confirmação do alto índice de conclusão, uma vez que o aluno de fato compareça ao curso – aproximadamente 80% de taxa de conclusão – já que todos os aspectos das atividades foram muito bem-avaliados. Sendo assim, confirma-se que de fato o maior desafio é garantir o comparecimento após a inscrição, tendo todos os dados apontado para uma alta efetividade nestas situações.

5 RECOMENDAÇÕES

5.1 Inspirações na Economia Comportamental

Por muito tempo, os estudos de economia clássica enxergaram o indivíduo como "*homo economicus*", um agente racional que busca a maximização de suas escolhas e que tem consciência sobre os ganhos e as perdas de suas decisões. No entanto, esse modelo de análise pouco considerava as falhas e imperfeições do indivíduo, sua dificuldade em tomar decisões, seus impulsos e sua capacidade de ser influenciado por fatores externos.

Mais recentemente, a partir da década de 70 principalmente⁴, a economia passou a olhar para o homem como um agente mais complexo em suas decisões, que está suscetível a interferências do ambiente e que faz escolhas a partir de diferentes vieses. Essa perspectiva, que traz a psicologia cognitiva e a neurociência para os estudos de economia, passou a ser tratada como Economia Comportamental.

Em contraposição a essa visão tradicional, a Economia Comportamental enxerga uma realidade formada por pessoas que decidem com base em hábitos, experiências pessoais e regras práticas simplificadas; aceitam soluções apenas satisfatórias; tomam decisões rapidamente; têm dificuldade de conciliar interesses de curto e longo prazo; e são fortemente influenciadas por fatores emocionais e pelas decisões daqueles com os quais interagem (AVILA; BIANCHI, 2015, p. 14).

A importância de se estudar o indivíduo dessa maneira ficou evidente a partir do interesse crescente de governos e de empresas em buscar entender o comportamento de seus interlocutores, sejam eles os cidadãos em geral ou públicos específicos. Governos passaram a repensar a execução de políticas públicas para influenciar o comportamento dos cidadãos⁵, enquanto a iniciativa privada, em áreas como propaganda e marketing, passou a estudar os contextos e ambientes para entender o processo de compra do indivíduo.

A ideia central dessa nova perspectiva de análise é de que o indivíduo é afetado pelo contexto no qual está inserido e, por isso, toma decisões influenciado pelas interferências desse ambiente, que podem ser tanto da natureza humana quanto desenvolvidas para direcionar uma

⁴ Ao final dos anos 70 temos dois trabalhos importantes que são considerados grandes marcos para a Economia Comportamental. O primeiro, dos psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky, e o segundo do economista Richard Thaler (*Toward a Positive Theory of Consumer Choice*)

⁵ O governo do Reino Unido criou o *Behavioral Insights Team*, também chamado de *Nudge Unit*. Nos Estados Unidos existe o *White House Social and Behavioral Sciences Team*, inserido dentro da Casa Branca.

escolha. Esse processo de "empurrar" para uma decisão ou influenciar os ambientes é conhecido como *nudge*.

O *nudge* é um conceito ou ferramenta da Economia Comportamental que se baseia na aplicação de sutis incentivos durante o processo de decisão do indivíduo para influenciar suas escolhas. Para Richard Thaler, principal pesquisador desse tema e ganhador do Nobel de Economia em 2017, o *nudge* pode ser aplicado em diferentes situações com os mais diversos públicos, mas deve ocorrer de maneira que deixe espaço para que os indivíduos se sintam livres para decidir e que não se arrependam das escolhas tomadas. *"These techniques rely on insights from behavioral science, and when used ethically, they can be very helpful. But we need to be sure that they aren't being employed to sway people to make bad decisions that they will later regret"* (THALER, 2015).

Hoje, já existem inúmeros estudos e críticas sobre as aplicações de *nudge* e suas consequências. Ademais, essa ferramenta tornou-se particularmente popular por seu baixo custo de implementação e por retornos rápidos e efetivos, em diferentes áreas.

De acordo com um dos principais autores e pesquisadores de *nudge*, Cass Sunstein (2014), existem dez principais tipos de *nudge* focados para programas de políticas públicas e que podem ser usados para melhorar a decisão dos indivíduos. Esses tipos de *nudge* se baseiam em algumas premissas do comportamento humano, que foram identificadas durante o desenvolvimento da teoria da Economia Comportamental, e que são relevantes para se construírem incentivos no processo de tomada de decisão. Será por meio de essa classificação dos *nudges* que esta pesquisa buscará inspiração para a sugestão de recomendações que visam resolver a problemática trazida pela Escola do Parlamento.

Quadro 3 - Dez tipos de nudge de Carl Susteim

Regras de <i>default</i>	O comportamento tende a ficar como está, então, inscrições compulsórias ou decisões que não precisam ser tomadas pelo indivíduo.
Simplificação	Tornar mais simples o processo de decisão. Processos complexos desincentivam e são onerosos.
Normas sociais	Ressaltar boas atitudes que a maioria das pessoas faz.
Facilidade e conveniência	Deixar a escolha mais fácil, porque geralmente essa é a primeira escolha. Ex.: comidas saudáveis na altura dos olhos.
Revelação	Publicidade e transparência sobre os processos e números, de maneira simples. "Em alguns contextos, a revelação pode atuar como barreira contra desatenção, negligência, incompetência, transgressões e corrupção privada ou pública" (SUNSTEIN, 2014).
Alertas	Chamar a atenção para uma informação importante, geralmente acompanhada de uma instrução para ação. "Aumentar a probabilidade de que as pessoas prestem atenção ao longo prazo".
Compromisso prévio	Determinar um prazo e um objetivo para servir de foco e direção. As pessoas se comprometem com determinada linha de ação.
Lembretes	Quebrar a inércia ou o esquecimento com lembretes para tomar ações (pagar contas, ir a um compromisso). "A escolha do momento do lembrete é importante" (SUNSTEIN, 2014).
Intenções de implementação	Ressaltar a identidade da pessoa para que ela reflita e possa tomar uma ação. Ex.: você pretende votar?
Escolhas passadas	Usar dados sobre escolhas passadas para embasar melhor as próximas escolhas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Desde o desenvolvimento dos estudos sobre *nudge*, a aplicação desses conceitos se deu em diferentes áreas, inclusive na educação, que é o caso desta pesquisa. O processo para educação exige diversas decisões, desde a análise dos cursos e dos professores, até os locais de ensino em que irão ocorrer os cursos, passando também pela análise do preço e das datas. Por isso, o *nudge* também passou a ser usado por universidades e escolas para auxiliar adolescentes e executivos a escolherem o melhor curso, além de manter a frequência de alunos ao longo das atividades.

Algumas escolas públicas de São Paulo, por exemplo, fizeram experiências com *nudge* durante um semestre de 2016, dentro do programa Eduqmais no Estado, com o objetivo de reduzir a evasão escolar. Por meio de SMS, os pais de alunos receberam mensagens que incentivam a frequência escolar. A medida de curto prazo e de baixo custo surtiu efeitos. "Os alunos cujos responsáveis receberam mensagens tiveram um avanço nas notas de português e

matemática em uma prova oficial (Saresp) equivalente a meio ano letivo de aprendizagem. A taxa de reprovação entre esses estudantes caiu: 3%."6.

Considerando diversas experiências bem-sucedidas de uso do *nudge* para a educação, esta pesquisa irá também basear-se nos tipos de *nudge* descritos por Cass Sunstein para embasar as sugestões de ações com vistas a atingir os objetivos elencados no início deste trabalho.

5.2 Proposta de ação

Como apresentado no início deste trabalho, a Escola do Parlamento apresenta principalmente dois desafios hoje: (i) o de adensar a participação, o interesse e o conhecimento da sociedade sobre a Escola e de (ii) desenvolver um modelo de atuação que seja sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola.

Para endereçar o primeiro deles, sobre o adensamento da participação, foi feita uma análise do processo de participação do aluno nos cursos, além da análise de dados obtidos através da participação de anos anteriores. Durante a análise desse material, percebe-se que, pelo processo de tomada de decisão do aluno para participação nos seminários e cursos, existem diversos obstáculos que tornam a escolha mais demorada ou desestimulam a escolha. Vê-se também que, na verdade, a média de comparecimento dos alunos nos cursos permanece quase que a mesma desde o surgimento da escola, não sendo apenas um problema da gestão atual. Desta maneira, depreende-se que não seriam apenas os temas, os docentes ou o enfoque dos cursos oferecidos que impactariam a adesão dos alunos, mas talvez também a sua jornada para a participação nesses eventos. Por isso, a primeira parte das recomendações será focada em ações que sugerem um "empurrão" para deixar mais clara e simplificada a decisão do aluno, na expectativa de aumentar o número de comparecimentos daqueles que já realizaram suas inscrições.

Já para o segundo desafio da Escola, sobre o modelo de atuação sustentável ao longo prazo, o embasamento se deu com a análise das experiências das demais escolas, principalmente do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) e do Instituto do Legislativo Paulista (ILP). Notou-se que não há uma fórmula pronta para desenvolver uma atuação consistente e que outras escolas também enfrentam esse mesmo desafio. A troca de gestão e a influência do presidente

⁶ FRAGA, Érica; PINTO, Ana Estela Sousa. Escolas públicas de São Paulo usam teorias de Nobel para reduzir evasão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1927050-escolas-publicas-de-sao-paulo-usam-teorias-de-nobel-para-reduzir-evacao.shtml>>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

da escola são fatores inerentes a esse problema, sendo impossível alterá-los e excluí-los em busca de uma melhoria do modelo. Por isso, cabe a sugestão de propostas que busquem diminuir o ruído causado por esses fatores.

Para apresentar a proposta de ações, as sugestões serão divididas novamente de acordo com os desafios inicialmente apresentados, de maneira em que seja mais objetiva a explicação e visualização das possíveis soluções.

a) Adensamento da participação dos alunos

Levando em consideração as dificuldades elencadas anteriormente e a análise dos dados, que trouxeram amostras dos comportamentos adotados pelos alunos, as ações para o alcance dos objetivos são propostas por etapas, de acordo com o ciclo abaixo:

Figura 10 - Ciclo para participação na EP



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Etapa 1: ESCOLHA DO CURSO

Nesse momento, como visto durante a exemplificação da jornada do aluno, o processo é dificultado pela falta de clareza na disposição das informações no site da Escola e pela impossibilidade de inscrição no momento em que o curso é escolhido. Pelo o que as experiências de *nudge* sugerem, deixar a informação acessível ou torná-la a primeira informação a ser vista faz com que a tomada de decisão seja mais simplificada. Por isso, sugerimos:

- **Melhoria da disposição das informações no site**
 - Manter a opção de cursos de forma visível na homepage da Escola;
 - Ter uma página personalizada para cada item clicável, sem repetição de informações em cada página;
 - Retirar o espaço em branco que aparece quando é clicada a opção "cursos";

- Permitir que o aluno possa se inscrever no curso a qualquer momento; ou
- Disponibilizar um link com a opção "tenho interesse neste curso", quando o aluno visualizar um curso que tem interesse, mas que as inscrições ainda não estão abertas. Nesse link, o aluno poderá deixar seu e-mail. A escola entrará em contato via e-mail para lembrar o aluno da data da inscrição;
- Deixar clara a diferença entre "próximos cursos" e "inscrições abertas", caso seja mantida essa distinção na divulgação.

Etapa 2: INSCRIÇÃO

Apesar de mais de 90% dos alunos respondentes da *survey* acreditarem ser “muito bom” ou “bom” o processo de inscrição da Escola, a partir das indicações sugeridas pela economia comportamental, é possível ainda fazer algumas alterações para tornar o processo ainda mais simplificado e agradável. Por exemplo, antes de se inscrever, o aluno não tem acesso à política de inscrição e certificação, por isso, não sabe as implicações do não comparecimento nos cursos.

Outro fator que pode ser melhorado é a comunicação entre o momento da inscrição e a realização do curso. Como os cursos são oferecidos com alguns dias de antecedência e há pouca interação da escola com o aluno durante esse período, aumentam as chances de o aluno esquecer-se da sua inscrição ou diminuir seu interesse ao longo dos dias. Nesse caso, o *nudge* sugere a criação de lembretes e alertas para que aquele compromisso em questão não seja esquecido. Quanto às informações disponíveis, novamente é necessário que haja a simplificação e clareza dos processos, para que o aluno tenha todas as informações à disposição antes de tomar a decisão. Considerando esses pontos, sugerimos:

- **Engajamento e lembretes antes do curso**

- Enviar e-mails com sugestão de leitura relacionada ao curso escolhido;
- Enviar e-mail com a biografia dos palestrantes;
- Enviar e-mail solicitando confirmação da presença no dia anterior ao curso e dados adicionais sobre o aluno (dados que podem deixar de ser exigidos no momento da inscrição, para simplificar o processo).

- **Cancelamento da inscrição**

- Realocar a mensagem sobre o não comparecimento, que hoje está ao final do formulário, para antes da inscrição;

- Disponibilizar um link para que o aluno informe sobre seu não comparecimento. Assim, poderão ser liberadas vagas que poderão ser direcionadas para os alunos que demonstraram interesse, mas que não conseguiram se inscrever por falta de vagas.

- **Formulário de inscrição**

- Formulário com menos opções para preenchimento. Informações adicionais do aluno podem ser solicitadas num outro momento, preferencialmente nos dias anteriores ao curso.

ETAPA 3: COMPARECIMENTO NO CURSO

Após a decisão pelo curso e de efetivamente comparecer no evento, o aluno deve ter uma boa impressão de receptividade ao chegar no local. Isso fará com que ele se sinta acolhido e decida retornar para outros eventos. Por meio da *survey* e da experiência na prática, vimos que há uma boa avaliação dos alunos quanto ao espaço e o conteúdo dos cursos em si, não sendo necessário, portanto, sugerir alterações com relação a esses itens. Por isso, sugerimos apenas:

- **Orientações de local**

- Disponibilizar cartaz na entrada da Câmara sobre o local exato do curso, para transmitir segurança sobre para onde o aluno deve se direcionar.

ETAPA 4: AVALIAÇÃO PÓS CURSO

Essa etapa parece ser de extrema importância dentro do ciclo de participação do aluno na escola. É nessa etapa que o aluno irá tomar conhecimento de outros cursos e irá influenciar outras pessoas a escolherem os eventos oferecidos pela Escola do Parlamento.

Como apresentado na *survey*, 29% dos alunos tomaram conhecimento dos cursos da EP via e-mail da escola, enquanto 19% ficaram sabendo dos cursos via redes sociais. Esse cenário sugere a necessidade de mais investimento nesses meios de comunicação para atrair ainda mais alunos. Por isso, sugerimos:

- **Ampliar comunicação via e-mail**

- Manter as comunicações de cursos futuros via e-mail, mas intensificar os alertas. Uma sugestão seria o envio semanal ou mensal de uma lista dos cursos que irão acontecer e daqueles que ainda estão com as inscrições abertas.

- **Ampliar a comunicação em redes sociais**

- Utilizar o Facebook da escola para publicar os novos cursos e aqueles que estão com as inscrições abertas. Fazer post com o resultado dos eventos, com fotos e eventualmente depoimentos dos alunos que participaram das atividades. Outra sugestão poderia ser a transmissão em tempo real de parte do evento que está sendo realizado;
- Manter regularidade nas publicações;
- Experimentar engajamento por outras redes sociais, como Instagram e Twitter.

b) Modelo de atuação no longo prazo

Para endereçar essa parte da problemática é importante considerar as experiências de outras escolas, mas também a percepção dos alunos sobre a gestão das atividades oferecidas pela EP. Por meio da *survey* pôde-se ver que aproximadamente 20% dos alunos consideram regular a frequência dos cursos ofertados e outros 14% também acham regular a duração das atividades. Ademais, mais de 80% dos respondentes afirmaram não ter se inscrito em nenhuma ou até duas atividades no período de seis meses. Esses dados demonstram pouca consistência no planejamento da escola e a falta de estrutura no médio e longo prazo, como já apresentado anteriormente. Por isso, sugerimos:

- **Desenvolvimento de novos eixos temáticos**

- Avaliar se os eixos temáticos utilizados pela gestão atual refletem de fato as atividades apresentadas pela escola e se esses eixos são consistentes no médio e longo prazo.

- **Desenvolvimento de plano estratégico com metas de médio prazo**

- Retomar o que já está previsto no Regimento Interno como foco das atividades da Escola. Ou seja, criar planos anuais ou plurianuais, com metas de público e atividades a serem atingidas;
- Desenvolver relatórios trimestrais a serem apresentados para a Mesa Diretora da Escola, a fim de publicizar os esforços e atividades desenvolvidos pela EP.

- **Consolidação do orçamento para contratação de docentes**

- Buscar, via projeto de lei, incluir as despesas da Escola no orçamento da Câmara Municipal, criando um novo centro de custos.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho buscou-se responder às questões trazidas pela Escola do Parlamento, procurando aumentar a aderência do público externo aos eventos abertos desenvolvidos, e propor um modelo de atuação sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola, visando estruturar a oferta de cursos e perenizar o oferecimento do serviço à população.

Ficou claro, com base no contexto de surgimento das várias Escolas de Governo, no âmbito da Reforma Gerencial do Estado da década de 90, que estas instituições cumprem uma função essencial na administração pública, e, cada vez mais nos últimos anos, uma função de educação política essencial para a população.

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo surge em um momento em que a discussão sobre este tipo de instituições já estava madura, e teve por base outras experiências, inclusive em diferentes níveis da administração, o que permitiu um desenho institucional sólido e uma atuação assertiva, ainda que haja espaços para melhorias, como apresentado ao longo deste trabalho.

A análise dos dados primários, por meio da compilação estatística da base de dados disponibilizada pela EP, nos permitiu chegar a duas conclusões principais: a primeira é de que a média de inscritos que comparecem aos cursos, apesar de muito baixa, é consistente ao longo do tempo, inclusive passando por diferentes gestões, parecendo ser um problema “estrutural”. A segunda conclusão, em linha com a percepção da gestão atual manifestada em entrevistas, é a de que o número de participantes que, uma vez indo aos cursos, conclui a participação e recebe o certificado, por sua vez, é muito alto, indicando que o problema da ausência nos cursos não se deve a uma baixa qualidade de qualquer aspecto pedagógico, muito pelo contrário.

As outras experiências de Escolas de Governo analisadas, o Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), também nos trazem informações importantes. Podemos perceber que o eixo duplo de formação técnica e de cidadania está presente em todos os modelos, porém, com diferentes graus. A Escola do Parlamento e o ILP, talvez até mesmo pelas origens similares, têm um grande foco no atendimento aos públicos externos às casas legislativas em que estão instaladas. Neste aspecto, ainda que este trabalho não tenha buscado dados primários quanto ao não comparecimento de inscritos nas atividades do ILB e do ILP, é possível afirmar que o desafio de planejamento das atividades com base no número de inscrições é compartilhado pelas escolas paulistas.

Na realização dos *benchmarks*, uma iniciativa que nos pareceu ter papel fundamental na organização dos programas das escolas é a existência de planejamento de médio e longo prazo, seja por meio da definição de objetivos mais claros quanto por meio do desenvolvimento de planos estratégicos anuais ou plurianuais. Dado que os cursos dessas escolas podem ter duração maior que das gestões que dirigem as escolas, seu oferecimento contínuo pode agir como uma “espinha dorsal” na qual se apoia a continuidade dos outros programas oferecidos. Algo comum também a todas as instituições é a realização de parcerias. Esta parece ser uma boa prática implementada com sucesso pela EP, devendo ser incentivada e ampliada sempre que possível.

Desta forma, apresenta-se como recomendações ações objetivas baseadas nas teorias da Economia Comportamental, aprimorando todo o processo de comunicação da Escola com os interessados nas atividades, por meio de seus principais canais de comunicação, e melhorando o processo de inscrição, o que por si só nos parece ter a capacidade de impactar significativamente as taxas de comparecimento. Além disso, também houve uma preocupação em sugerir um planejamento de longo prazo, norteando a atuação da EP para além apenas dos exercícios das gestões, visando garantir a continuidade e a sustentabilidade das atividades, e possibilitando, inclusive, a medição de resultados em horizontes mais prolongados.

Portanto, o desafio do adensamento da participação é comum a todas as escolas, mas o esforço em diagnosticar e procurar aprimorar os processos e mecanismos de participação, por si só, é capaz de trazer avanços significativos tanto para a Escola quanto para a população que se beneficia do importante papel destas instituições.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Renan Felinto de Farias Aires *et al.* Escolas de governo: o panorama brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jul-ago. 2014.
- ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães; SILVA, Rafael Silveira e. Reflexões e novas agendas de pesquisa para os estudos legislativos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, n. 2, p 58-74. out. 2012.
- ASSIS, Luiz Fernandes de. Educando para a cidadania: A experiência da escola do Legislativo. **Revista Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 59. Belo Horizonte: agosto, 1997.
- ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.
- BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. 86p.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova [online]. 1998, n. 45, p. 49-95.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 1, jan-abr. 1996.
- BUTORI, Margareth Melo Rezende. Educação Legislativa: As escolas do legislativo nas câmaras municipais de Minas Gerais. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, ano 8, p. 229-267, 2014.
- COSSON, Rildo. A profissionalização dos servidores do legislativo e o curso superior de Administração Legislativa da Unisul. **E-legis**, Brasília, n. 5, p. 95-111, 2010.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-legis. Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 7 nov. 2011.
- FRAGA, Érica; PINTO, Ana Estela Sousa. Escolas públicas de São Paulo usam teorias de Nobel para reduzir evasão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1927050-escolas-publicas-de-sao-paulo-usam-teorias-de-nobel-para-reduzir-evasao.shtml>>. Acesso em: 26 de julho de 2018.
- MADRUGA, Florian. Escolas do Legislativo: a nova visão do parlamento brasileiro. **Senatus**: Brasília, v. 6, n. 1, p. 31-34, maio, 2008.

MARQUES Jr. Educação legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento. **E-legis. Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 2 .2011.

MELO, William Maximiliano Carvalho de. **As Escolas do Legislativo no contexto de modernização do Parlamento Brasileiro**: um estudo de casos múltiplos: EL-ALMG, CEFOR, ILB-INTERLEGIS. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP – Brasil. **Revista do Serviço Público**, ano 53, n. 1, p. 75-88. jan-mar. 2002.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo: tendências e desafios – ENAP-Brasil em perspectiva comparada. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 2, p. 35-53. abr-jun. 2000.

PETRUCCI, Vera Lúcia. (Org.). **Escolas de governo e profissionalização do funcionalismo**. Brasília: ENAP/CDID, 1995.

SÃO PAULO. Ato 1186, de 22 de maio de 2011. Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Parlamento. **Imprensa Oficial da Prefeitura de São Paulo**, São Paulo, SP.

Disponível em:

<<http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atoscmsp/AC118612.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. Escola do Parlamento. **Relatório de atividades 2015-2016**. São Paulo: Gráfica da Câmara Municipal de São Paulo, 2016.

SÃO PAULO. Instituto do Legislativo Paulista. **Plano estratégico 2012-2013**. São Paulo. Disponível em:

<https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/destaques/anexos/1000/YY2012MM7DD28HH19MM21SS37-ILP-Plano_Estrategico_2012-2013.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

SÃO PAULO. Lei 13.548, de 1º de abril de 2003. Institui o Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo. **Imprensa Oficial da Prefeitura de São Paulo**, São Paulo, SP. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=02042003L%20135480000>. Acesso em: 9 de agosto de 2018.

SÃO PAULO. Lei 15.501, de 12 de dezembro de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 13.548, de 1º de abril de 2003, que institui o Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo. **Imprensa Oficial da Prefeitura de São Paulo**, São Paulo, SP. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13122011L%20155010000>. Acesso em: 9 de agosto de 2018.

SÃO PAULO. Lei 15.506, de 13 de dezembro de 2011. Institui a Escola do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo. **Imprensa Oficial da Prefeitura de São Paulo**, São Paulo, SP. Disponível em:

<<http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L15506.pdf>>. Acesso em: 9 de agosto de 2018.

SOUZA, Eda Castro Lucas de. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, jan-fev. 2002

TEIXEIRA, Luiza Reis. **Legislativos Municipais: tensões entre representação e participação**. 2016. 237f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2016.

ZOUAIN, D. M. **Escolas de governo e escolas de serviço público: limites e problemas**. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública: Panamá, 28-31. out. 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Ficha de avaliação das atividades da Escola do Parlamento após a realização do evento




Questionário de Avaliação do Evento

O questionário abaixo tem como objetivo avaliar as atividades da Escola do Parlamento. Você não precisa se identificar e suas informações serão utilizadas de maneira agregada em nossos relatórios. Obrigado pela participação.

BLOCO 1 – Identificação

Preencha ou assinale a opção aplicável:

1 - Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outros

2 - Idade: _____

3 - Bairro onde mora: _____

4 - Indique com um "x" seu grau de escolaridade:

Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/>
Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior	<input type="checkbox"/>
Pós-graduação	<input type="checkbox"/>

Área:

5 - Como soube do evento:

E-mail da Escola do Parlamento	<input type="checkbox"/>
Site da Escola do Parlamento	<input type="checkbox"/>
Facebook	<input type="checkbox"/>
Indicação	<input type="checkbox"/>
Instituição Parceira	<input type="checkbox"/>
Outro: Qual?	<input type="text"/>

6 - Motivação principal para participar:

Atualização profissional	<input type="checkbox"/>
Área de pesquisa acadêmica	<input type="checkbox"/>
Exercício da cidadania e formação política	<input type="checkbox"/>
Horas complementares para curso de nível superior	<input type="checkbox"/>
Pontuação para evolução funcional no serviço público	<input type="checkbox"/>
Proximidade com local de trabalho	<input type="checkbox"/>
Proximidade com local de estudo ou residência	<input type="checkbox"/>
Curiosidade	<input type="checkbox"/>

	A pé	Ônibus	Metrô	Bike	Carro	Táxi/uber	Outros
7 - Principal forma de chegada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 - Principal forma de ir embora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Vire a página!](#)

Palácio Anchieta - Viaduto Jacaré, 100 - São Paulo - SP - CEP 01319-900 - fone (11) 3396-4000 - www.camara.sp.gov.br



BLOCO 2 – Avaliação da Atividade

Tendo em vista as seguintes sentenças indique com um X o seu grau de concordância com cada uma delas:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não se aplica
A infraestrutura do prédio/sala é adequada para a atividade.					
A duração do programa é adequada.					
O corpo docente mostrou bom preparo.					
O corpo docente mostrou boa didática.					
O clima em sala de aula foi adequado.					
O formato do evento foi adequado.					
O nível do conteúdo ficou dentro do esperado.					
O espaço para a participação dos alunos é adequado.					
Os conteúdos e docentes respeitam diversidades.					
A atividade primou pela pontualidade.					
A atividade cumpriu com o conteúdo programático.					
A atividade cumpriu com minhas expectativas.					

Indique o ponto máximo da atividade (o que mais gostou): _____

Indique o ponto frágil da atividade (o que menos gostou): _____

BLOCO 3 – Avaliação da Escola do Parlamento e da Câmara Municipal

Indique com um "X" o seu grau de concordância com cada uma das seguintes sentenças:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não se aplica
A Escola do Parlamento cumpre um importante papel na democracia					
Aprender/debater temas de política e cidadania é relevante para a democracia					
A Câmara se aproxima da sociedade com as ações da Escola do Parlamento					
Participar das atividades da Escola do Parlamento é fácil					
Eu recomendo as atividades da Escola do Parlamento para outras pessoas					

Você participou de alguma atividade da Escola do Parlamento nos últimos seis meses? ☐ Sim ☐ Não

Qual temática da cidade (política e gestão pública), você gostaria de ver na Escola do Parlamento? _____

ANEXO B - Certificado eletrônico de participação na atividade da Escola do Parlamento

(Folha 1 de 2)

CERTIFICADO	
	Certificamos que
	RAFAEL FELIPE DE OLIVEIRA
	participou do evento de lançamento da revista “ Participação Política Feminina na América Latina – Cadernos Adenauer ” realizado em 6 de agosto de 2018, no Auditório Prestes Maia da Câmara Municipal de São Paulo, com carga horária total de três horas .
	Palácio Anchieta, 6 de agosto de 2018.
	<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;">  Humberto Dantas Diretor-Presidente </div> <div style="text-align: center;">  CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO </div> <div style="text-align: center;">  Ilza Valéria Moreira Jorge Diretora Executiva </div> </div>

(Folha 2 de 2)

Data e Horário	Local	Palestrantes	Tema
06/08 19h às 22h	Auditório Prestes Maia – CMSP	Lúcia Avelar Patrícia Rangel San Assumpção Flavia Rios Reinaldo Themotheo Humberto Dantas	O espaço da mulher na política, com enfoque na América Latina, precisa ser debatido, compreendido e ampliado. Com base em tal aspecto, uma série de estudos compõe o mais recente número da Revista Cadernos Adenauer, da Fundação Konrad Adenauer no Brasil. O intuito é reunir reflexões e trazer parte desse conjunto de autoras e autores para um debate na Câmara Municipal, seguindo tradição do compromisso da Escola do Parlamento com essa temática essencial.

A Escola do Parlamento, criada pela Lei Municipal nº 15.506/2011 é órgão integrante da Câmara Municipal de São Paulo - CNPJ nº 50.176.288/0001-28. Sua finalidade institucional está vinculada ao disposto no artigo 39 da Constituição Federal de 1988, que facultou ao Poder Público a criação de escolas de governo com a função precípua de ampliar a qualificação e capacitação de servidores públicos.

ANEXO C - E-mail de confirmação de realização da atividade



Rafael Oliveira <oliv.rf@gmail.com>

Certificado Participação Política Feminina na América Latina

1 message

Escola do Parlamento <escoladoparlamento@saopaulo.sp.leg.br>

Wed, Aug 8, 2018 at 6:37 PM

Boa noite

Prezadx,

Seu certificado de participação no evento de lançamento da revista "Participação Política Feminina na América Latina – Cadernos Adenauer" já está pronto para ser retirado na Escola do Parlamento. Estamos no 13º andar da Câmara Municipal de São Paulo, sala 1302 A.

Se preferir a versão em PDF, pode solicitá-la através deste e-mail.

Atenciosamente,

**Bárbara Bernardi****Tel. 3396-4960**

Esta mensagem, incluindo seus anexos, é confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. É expressamente proibido o uso não autorizado, replicação ou disseminação da mesma. As opiniões contidas nesta mensagem e seus anexos não necessariamente refletem a opinião do órgão emissor. Grato pela colaboração

ANEXO D - Termo de Referência

Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo

Antecedentes

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (“Escola”) foi criada em 2011 e oficialmente passou a trabalhar a partir de 2012. Desde então atingiu a milhares de cidadãos em centenas de cursos e atividades de diferentes naturezas que têm como objetivo debater aspectos políticos e da gestão pública.

A Escola é parte da estrutura administrativa do parlamento paulistano vinculada à presidência. Sua diretoria atual é composta por cinco membros, sendo um presidente, dois diretores indicados, um eleito pelos servidores efetivos da instituição e um eleito por organizações da sociedade civil. Ademais, existem quatro servidores de carreira da Casa, e outros oito entre cedidos, comissionados e estagiários.

Administrativamente, conta com orçamento de aproximadamente R\$ 1 milhão de reais, mas o recurso em 2017 foi quase que absolutamente poupado tendo em vista um esforço da atual Mesa Diretora em economizar. Com exceção feita à pós-graduação e à impressão da revista acadêmica, nenhuma atividade contratada a partir de abril foi paga, contando com parcerias e ações voluntárias estratégicas para os propósitos da Escola e da Câmara Municipal.

Situação problema

Inicialmente, o problema que se coloca é o baixo comparecimento de inscritos nos cursos - do total de inscritos obrigatoriamente pela internet para os eventos do período entre abril a novembro de 2017, apenas cerca de 35% compareceram - e uma alta imprevisibilidade do comparecimento, já que alguns cursos apresentaram taxas de comparecimento muito superiores aos outros.

O público da Escola, muitas vezes, se repete ao longo do ano, e muitas de suas atividades, agendadas para grandes auditórios, terminam esvaziadas ou com público abaixo do esperado. Em contrapartida, entre aqueles que estiveram nas atividades, mais de 80% as completaram em relação às cargas horárias necessárias para o recebimento de certificação. Portanto, as ações são

bem-avaliadas, segundo relatórios internos com pesquisas realizadas em boa parte das atividades.

Objetivos gerais

Estabelecer uma estratégia que vise a maior aderência de **público externo** aos eventos abertos desenvolvidos pela Escola do Parlamento, que seja eficiente e consistente, e que possa ser utilizada para **adensar a participação, o interesse e o conhecimento da sociedade sobre a Escola**.

Propor um modelo de atuação **sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola**, visando estruturar a oferta de cursos e perenizar o oferecimento do serviço à população.

Objetivos específicos

1. Identificar os principais comportamentos que fazem com que o público não seja aderente aos eventos da Escola;
2. Avaliar possíveis ajustes na interação entre a Escola e o público em geral, por meio da análise do conteúdo oferecido, e, eventualmente, propor a criação de novos conteúdos;
3. Delimitar o público-alvo da Escola;
4. Propor a readequação da estratégia de promoção e criação dos eventos e cursos desenvolvidos pela Escola, visando maior aderência do público.

Abordagem

1. Analisar os relatórios de avaliação e as bases de dados com o auxílio da equipe de servidores;
2. Levantamento de experiências similares;
3. Testar modelos e avaliar as experiências bem-sucedidas;
4. Fazer entrevistas com diferentes públicos dos eventos promovidos pela Escola, bem como com seus diretores.